



*"As escolas judiciais constituirão, em escala cada vez maior, o mais importante instrumento de transformação do Judiciário neste século que estamos a viver."*

*(Sálvio de Figueiredo Teixeira)*

**45**  
*años*  
**EJEF**

M614q MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Escola Judicial Des. Edésio Fernandes.  
45 anos da EJEF. -- Belo Horizonte, TJMG, 2023.

170 p.

ISBN 978-65-87273-08-2

1. Escola Judicial Des. Edésio Fernandes (EJEF) - História. 2. Escola  
judicial - Minas Gerais - História.

CDDir: 341.41925

CDU: 347.962

# Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEJF

**EJEJF 45** *anos*

Belo Horizonte  
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais  
2023

# **Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF**

## **Superintendente**

Desembargador Renato Luís Dresch

## **Superintendente Adjunta**

Desembargadora Lílian Maciel Santos

## **Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos**

Desembargador Saulo Versiani Penna

## **Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência**

Juiz de Direito Carlos Márcio de Souza Macedo

## **Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas (DIRDEP)**

## **Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental (DIRGED)**

## **Gerência de Jurisprudência, Biblioteca e Publicações Técnicas (GEJUR)**

## **Coordenação de Jurisprudência e Publicações Técnicas (COJUR)**

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação: Alex Antônio Oliveira Bonfim - DIRDEP/CETED

Redação: Silvana Monteiro Gomes - DIRDEP/CETED

Pesquisa histórica: Coordenação de Biblioteca - COBIB

Revisão de texto: Equipe da COJUR

## **Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF**

Rua Raul Pompeia, nº 101 - 7º andar, São Pedro, Belo Horizonte/MG

CEP 30330-080 - Telefone (31) 3289-8601

Endereço eletrônico: [www.ejef.tjmg.jus.br](http://www.ejef.tjmg.jus.br)

E-mail: [gejur@tjmg.jus.br](mailto:gejur@tjmg.jus.br)

O conteúdo dos depoimentos nesta Revista, as afirmações e os conceitos emitidos são de única e exclusiva responsabilidade de seus autores.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

# **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**

Presidente

Desembargador JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO PEREIRA FILHO

Primeiro Vice-Presidente

Desembargador ALBERTO VILAS BOAS VIEIRA DE SOUSA

Segundo Vice-Presidente

Desembargador RENATO LUÍS DRESCH

Terceira Vice-Presidente

Desembargadora ANA PAULA NANNETTI CAIXETA

Corregedor-Geral de Justiça

Desembargador LUIZ CARLOS DE AZEVEDO CORRÊA JUNIOR

Vice-Corregedora-Geral de Justiça

Desembargadora YEDA MONTEIRO ATHIAS

## **Comitê Técnico da EJEJ**

Presidente

RENATO LUÍS DRESCH

Desembargador

LÍLIAN MACIEL SANTOS

Desembargadora

SAULO VERSIANI PENNA

Desembargador

OSVALDO OLIVEIRA ARAÚJO FIRMO

Desembargador

PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA

Desembargador

CARLOS MÁRCIO DE SOUZA MACEDO

Juiz de Direito

ANA PAULA ANDRADE PROSDOCIMI DA SILVA

Diretora da DIRDEP

FERNANDO ROSA DE SOUSA

Diretor da DIRGED



# Sumário

<b>Prefácio</b>	<b>15</b>
<b>Apresentação</b>	<b>19</b>
<b>Introdução</b>	<b>23</b>
<b>A Origem</b>	<b>27</b>
<b>A EJEF e os 150 anos do TJMG</b>	<b>31</b>
<b>O Patrono</b>	<b>37</b>
<b>Linha do Tempo</b>	<b>43</b>
<b>Logotipos</b>	<b>47</b>
<b>EJEF em Fotos</b>	<b>53</b>
<b>Evolução Administrativo-Pedagógica: Marcos Temporais</b>	<b>77</b>
<b>Quadro de Pessoal</b>	<b>83</b>
<b>Superintendentes</b>	<b>89</b>
<b>Escola de Governo</b>	<b>103</b>
<b>Reformulações Regulamentar e Organizacional</b>	<b>107</b>
<b>Missão, Visão, Valores</b>	<b>113</b>
<b>Núcleos Regionais</b>	<b>117</b>
<b>Depoimentos</b>	<b>123</b>
<b>Visão de Futuro</b>	<b>159</b>
<b>Posfácio</b>	<b>163</b>
<b>Referências</b>	<b>167</b>





# Prefácio

# Prefácio



Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho  
Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

*“Estou convencido de que a ‘tarefa primordial’ das instituições humanas, entre as quais também o progresso, seja aquela de não apenas preservar os homens de sofrimentos inúteis e da morte precoce, mas também de conservar no homem toda a sua humanidade: a satisfação do trabalho desenvolvido com a inteligência das mãos e da mente, a satisfação de ajudar-se mutuamente e de um relacionamento feliz com os homens e com a natureza, a satisfação do conhecimento da arte.”*

*(Andrei Sakharov)*

O pensamento em epígrafe, como se vê acima, é do físico russo Andrei Sakharov, que ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1975, por sua memorável luta em defesa dos direitos humanos. As palavras dele são bastante potentes, pois nos lembram de que nossa missão maior, como seres humanos, é encontrar, no trabalho e na convivência solidária com os semelhantes, nossa fonte de autorrealização.

Uma instituição que permite a seus integrantes identificar, desenvolver e expressar todas as suas potencialidades e que alcança mobilizá-los em torno de um propósito e do desenvolvimento contínuo consegue formar um corpo de profissionais mais preparados e comprometidos, que, ao mesmo tempo em que se autorrealizam como indivíduos, logram, coletivamente, conduzir a organização para o caminho da excelência.

Com base em algumas dessas premissas, foi criada, há exatos 45 anos, a Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) — a primeira do gênero a surgir em uma Corte estadual brasileira. Emergida durante a gestão do Desembargador Edésio Fernandes, como presidente do TJMG, em 1977 — em tributo ao visionário magistrado, ela ganharia seu nome, anos depois —, esse notável centro de ensino e de divulgação do conhecimento vem, desde então, exercendo um papel inestimável para a formação e a capacitação do nosso já tão qualificado público interno.

Ao instituir um braço educacional, o Judiciário mineiro revelou, de forma inequívoca, seu compromisso com o impulsionar de magistrados, servidores, colaboradores e estagiários a uma permanente evolução. Integrar, acolher, valorizar, preparar e apoiar todas e todos no dia a dia do trabalho e disseminar informação e conhecimento têm sido os objetivos centrais a perpassarem cada uma das múltiplas atividades conduzidas pelos dois grandes vértices de atuação da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF: o desenvolvimento de pessoas e a gestão da informação documental.

Como bem salientou o sociólogo, filósofo e professor polonês Zygmunt Bauman, autor do conceito de “modernidade líquida” (1999), vivemos em um mundo propenso a mudar com muita rapidez e de maneira imprevisível e onde nada foi feito para durar. Esse cenário nos coloca diante do desafio da capacitação permanente: somos incitados a buscar e a produzir novos saberes continuamente, alimentando em nós o estado ininterrupto de questionamento, de reflexão e de curiosidade. Em sua essência, é isso o que a EJEF propõe.

Em suas quatro décadas e meia de existência, também a própria EJEF evoluiu. Hoje, reconhecida como uma das mais destacadas escolas judiciais do país, em 2022, em um importante marco em sua história, ela foi credenciada pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais como escola de

governo, recebendo autorização para ofertar seu primeiro curso de pós-graduação *lato sensu*. Diante disso, esta revista comemorativa dos 45 anos da EJEF busca condensar um pouco do rico percurso da Escola, em um necessário exercício de preservação de nossa memória e de exaltação dessa jornada bem-sucedida. Ao mesmo tempo, esta publicação aponta para o futuro, ao revelar as novas perspectivas para a instituição, que mira agora um novo horizonte de possibilidades, como escola de governo.

Neste momento, é inevitável fazer um tributo ao patrono da Escola, o Desembargador Edésio Fernandes, expressando publicamente um agradecimento póstumo a esse magistrado, que, há quatro décadas e meia, criou a Escola Judicial do Tribunal mineiro. Arrisco-me a dizer que, quando a idealizou, o desembargador não imaginava o quão longe sua invenção chegaria. Mas é assim que acontece com as sementes destinadas a germinar: quando caem em solo fértil e recebem os devidos cuidados, o que era apenas potência transmuta-se em fruto ou flor. Esse fenômeno também é próprio do conhecimento, matéria-prima da EJEF: ele é capaz de produzir metamorfoses em pessoas, em instituições e em comunidades.

Que a EJEF permaneça aberta à inovação e siga firme em seu propósito de nos tornar melhores. E que jamais abdique do compromisso de contribuir para solidificar, na Corte estadual mineira, uma racionalidade pautada pelos mais caros preceitos humanitários.

Parabéns à EJEF e a cada um que faz parte dessa história!

Que venham incontáveis anos de muitas trocas, aprendizagens e florescimento!

Desembargador **José Arthur de Carvalho Pereira Filho**  
Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais



# Apresentação

# Apresentação



Desembargador Renato Dresch  
2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais  
Superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEF

A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEF, instituída em 13 de agosto de 1977, foi a primeira Escola Judicial do Brasil destinada à formação de magistrados. Foi idealizada pelo Desembargador Edésio Fernandes e completa seus 45 anos de existência no dia 13 de agosto de 2022.

A partir do ano de 2002, a EJEF incorporou, no seu escopo, a formação de servidores, tendo, atualmente, a responsabilidade pela formação inicial e permanente, tanto de magistrados, como de servidores, tanto os efetivos, como os contratados, dos estagiários e, eventualmente, de terceirizados.

Em 2007, a EJEF criou a Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental - DIRGED, o que foi um marco significativo no aprimoramento da eficiência e transparência dos processos administrativos e judiciais. O principal objetivo foi gerir, de forma sistemática, todas as informações e os documentos produzidos e recebidos pela Instituição, bem como publicar e divulgar dados relevantes da jurisprudência mineira e de obras de interesse do TJMG. Com um sistema de gerenciamento documental eficaz, a EJEF pôde aprimorar a qualidade dos serviços prestados, reduzir o tempo de resposta, melhorar a tomada de decisões e fortalecer a segurança da informação.

Elaboramos esta obra comemorativa de 45 anos da EJEF como continuação daquela elaborada nos seus 30 anos de existência. A intenção é rememorar alguns registros iniciais da Escola, com destaque para a evolução da EJEF nestes últimos 15 anos, com apresentação de dados históricos e depoimentos de memórias que referenciem, ao longo do tempo, a formação e a capacitação de magistrados e servidores do TJMG.

Para a elaboração desta edição, foram coletadas e selecionadas informações das mais diversas, na tentativa de retratar o trabalho realizado para que chegássemos ao nível educacional atual, destacando a longa caminhada percorrida até o presente estágio. Esse conjunto de informações é fruto de um trabalho coletivo, realizado por colaboradores das mais diversas áreas de atuação.

A tais colaboradores pedimos que deixassem seu registro, com o destaque dos aspectos considerados mais relevantes para a EJEF. Fomos atendidos pela grande maioria dos convidados que participaram em inúmeras ações consideradas relevantes.

Todos contribuíram para que a Escola Judicial chegasse ao estágio atual, contudo há muito a ser realizado, não se podendo deixar de ressaltar a iniciativa e contribuição dos pioneiros, dos então Desembargadores Edésio Fernandes e

Sálvio de Figueiredo, assim como do inesquecível Ricardo Fiuza, que dirigiu a EJEF com dedicação inesquecível.

O registro dos relatos de ações pretéritas e do estágio atual da Escola é de grande significado para a construção do histórico da EJEF e do próprio TJMG.

A evolução humana, social e tecnológica exige um aperfeiçoamento constante, tanto na formação técnica de magistrados e servidores, como a necessidade de ações humano-sociais nos mais diversos níveis de gerência e colaboração, de modo que possamos participar da construção de uma sociedade jurídica mais livre, justa e solidária, com a promoção do bem de todos, para que convivamos sem preconceitos ou sem discriminações de qualquer natureza, seja de origem, raça, sexo, cor, idade, a fim de cumprir os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, sobretudo para todos aqueles que integram o sistema de Justiça de Minas Gerais, com a esperança de que isso se reflita em nossa sociedade.

A conquista, em dezembro de 2021, da condição de Escola de Governo, com competência para manter cursos de graduação e pós-graduação, é um fato histórico que não poderia passar despercebido neste momento comemorativo de 45 anos de existência.

Esperamos que esta obra especial de 45 anos seja capaz de retratar a história da Escola e almejamos que a Escola Judicial cumpra a sua missão formadora profissional de magistrados e de todos os colaboradores do TJMG, objetivando a capacidade de desenvolver um espírito profissional, contudo humano, fraterno, democrático e horizontal, nas nossas relações internas e em nossa sociedade.

Registro o agradecimento a todos que atenderam ao convite da EJEF e participaram da elaboração da presente edição comemorativa.

Desembargador **Renato Dresch**

2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais  
Superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEF



# Introdução

1º Curso Intensivo para novos Juízes - 11.08.1979



# Introdução

A EJEF é uma obra coletiva. Por isso, esta publicação, que emerge em meio às comemorações dos 45 anos da EJEF, foi escrita também a várias mãos. Ela condensa a desafiadora tarefa de contar um pouco da história dessa instituição, que, ao longo dessas quatro décadas e meia, vem desempenhando papel fundamental na formação e no aprimoramento profissional de milhares de magistrados, servidores, colaboradores e estagiários do Judiciário mineiro.

No esforço de refletir e escrever sobre o caminho percorrido até aqui, foi imprescindível reconhecer e celebrar a influência e os impactos positivos da Escola Judicial na qualidade da prestação jurisdicional oferecida à sociedade mineira. Tornou-

se necessário, também, evidenciar que, com sua atuação, a Escola vem potencializando carreiras, percepções e vivências, ressignificando o fazer jurídico.

Esse movimento só tem sido possível porque, para além da capacitação meramente técnica ou instrumental, a Escola Judicial abraçou o compromisso com a formação humanística, em busca permanente por desenvolver competências e habilidades psicossociais e ampliar visões de mundo.

Os grandes ativos da EJEF são as pessoas e o conhecimento que circula entre elas. Por isso,

discentes, docentes, servidores e colaboradores são os grandes protagonistas dessa história. São eles que vêm tecendo, no dia a dia, essa tão bem-sucedida instituição. Assim como são eles que têm levado adiante os saberes adquiridos ou fortalecidos, colocando-os em prática, na Escola, em suas carreiras e em suas vidas.

Portanto, esta publicação não é feita apenas do registro dos fatos históricos marcantes desses 45 anos de existência, mas, também, e, sobretudo, do testemunho das pessoas que já passaram pela EJEF ou daquelas que permanecem escrevendo a história da instituição.

Ao registrar esses relatos (do passado e do presente), temos a dimensão da importância da EJEF para a Justiça em Minas. Sobressaem, também, os desafios e as oportunidades que se apresentam para a instituição no futuro. Esses escritos alimentam, assim, projetos de vanguarda, algo inerente à essência da Escola Judicial.

Em síntese, esta publicação retrata uma Escola que busca atualizar-se e inovar todos os dias. A produção de conhecimento voltado a temas e práticas contemporâneas, assim como o uso de tecnologia na modalidade de ensino EAD, o cuidado com a gestão documental, cada vez mais moderna e sustentável, e a visão futurística em relação ao desenvolvimento humano-social demonstram a capacidade de se adaptar às demandas da sociedade e das práticas jurídicas, rompendo barreiras e quebrando paradigmas.

Os investimentos em inovação levam à continuidade do sucesso da instituição por meio de seu corpo docente, de seus servidores e colaboradores, altamente qualificados. Graças a essas ações, a Escola Judicial se mantém atualizada e preparada para oferecer mais e melhor a seus públicos-alvo, um dos motivos para entregar a você, leitor, essas páginas permeadas de uma gloriosa jornada dedicada ao progresso da educação e da transformação de pessoas.

*“As escolas judiciais constituirão, em escala cada vez maior, o mais importante instrumento de transformação do Judiciário neste século que estamos a viver.”*

*(Sálvio de Figueiredo Teixeira)*





---

**A Origem**

# A Origem

Curso Intensivo para Juizes 1976



A década de 1970 no Brasil foi marcada por profundas transformações políticas, sociais e culturais, que tiveram impacto significativo no mundo jurídico e na atuação dos juristas brasileiros. Para a magistratura mineira, esse período foi profícuo de desafios e conquistas.

Na primeira metade dessa década, o país, que estava sob o regime militar, restringiu as liberdades individuais e a participação popular na vida política. Essas restrições refletiram-se no campo jurídico, com a implementação de medidas coercitivas, como suspensão de garantias constitucionais, cassação de mandatos de parlamentares e prisão de opositores políticos, advogados e, até mesmo, juizes. Em 1973, promulgou-se o Código de Processo Civil, que trouxe avanços

significativos para o ordenamento jurídico brasileiro. Também houve crescente interesse por teorias jurídicas e correntes de filosofia política, propostas por autores estrangeiros, como Habermas, Rawls e Dworkin.

Em resumo, a década de 1970 no Brasil foi um período complexo e desafiador para os juristas, marcado por contradições e transformações significativas, que tiveram impacto duradouro na história do Direito Brasileiro.

Nesse contexto de transições e desafios, em Minas Gerais, nomes como os dos Desembargadores Edésio Maia Fernandes e Régulo da Cunha Peixoto, dos Juizes Sálvio de Figueiredo Teixeira e Sérgio Lellis Santiago e dos servidores

de carreira Lakowski Dolga e Ricardo Fiuza pensavam o futuro da Justiça mineira, lutavam pelo sonho de que os juízes veteranos e recém-ingressos pudessem realizar cursos de formação e aprimoramento. Na prática, era realizado um treinamento em poucos dias para o magistrado.

Inicialmente, a maior preocupação era a formação de juízes recém-aprovados e sua adaptação às práticas jurisdicionais nas regiões remotas das Minas Gerais. Naquele tempo, à distância da capital crescia-se a precariedade da estrutura judiciária nos longínquos municípios.

Em 1975, o TJMG voltava-se à elaboração da Organização Judiciária em âmbito estadual (Resolução nº 961/75, de 08.12.1975). Na ocasião, vários magistrados, entre eles o Desembargador Régulo da Cunha Peixoto e os Juízes Sérgio Lellis Santiago e Sálvio de Figueiredo Teixeira, apresentaram emenda ao projeto, solicitando o desenvolvimento de cursos para formação e aperfeiçoamento de magistrados, como condição para o ingresso na carreira. No primeiro momento, a proposta não foi aceita; no entanto, o então presidente do TJMG, Desembargador Edésio Fernandes, atuou de modo crucial para que constasse no texto da Resolução: “o Tribunal de Justiça, quando julgar oportuno, criará curso de formação e aperfeiçoamento de Magistrados.” (art. 397, Resolução 61/1975).

No mesmo ano, os magistrados e servidores já citados encabeçaram movimentos iniciais para a criação da Escola Judicial. O servidor Ricardo Fiuza, Diretor-Geral da Secretaria do TJMG, foi designado pelo então presidente do TJMG, Desembargador Edésio Fernandes, para “proceder aos estudos preliminares, visando à implantação e organização em Minas Gerais da Escola Judicial” (Portaria nº 231, de 13.08.1977). Fiuza viajou a Portugal para estudar, como se fosse um juiz português, o módulo do Centro de Estudos Jurídicos de Lisboa. Ao retornar, trouxe na bagagem conhecimento e inspiração para criar a Escola da Magistratura Mineira, que, mais tarde, por meio da publicação da Resolução nº 23, de 07.05.1981, passou a ser denominada “Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes”,

em justa homenagem a quem determinou sua oficialização.

Vale destacar que o embrião de toda essa vontade de criação de uma escola judicial foram dois eventos que ocorreram em setembro de 1976 e junho de 1977, respectivamente: “Curso Intensivo de Preparação de Novos Juízes” e o “I Seminário de Direito Tributário”.

Em seu discurso proferido na abertura desse seminário, na data de 20 de junho de 1977, o Desembargador Edésio Fernandes destacou que “esta solenidade será registrada como verdadeira colocação dos alicerces na Escola Judicial em nosso Estado” (FERNANDES, 1977, p. 3).

Conforme trecho do livro *EJEF: três décadas de história*:

*No início de seu funcionamento, a Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais ocupava pequeno espaço no Anexo I, o antigo prédio da Rua Goiás, 229, Centro de Belo Horizonte. Os esforços do grupo de apenas três servidores concentravam-se na realização de concursos públicos para ingresso na magistratura (MINAS GERAIS, 2007, p. 31).*

Com a criação da Escola, o TJMG reforçou seu compromisso com a formação e o aperfeiçoamento de seus magistrados e servidores, contribuindo para a melhoria da qualidade da prestação jurisdicional em Minas Gerais. Nossa Escola, nesses 45 anos, tem sido fundamental para capacitação e atualização dos profissionais do Poder Judiciário, bem como para a promoção de um sistema de justiça mais eficiente e acessível à população.



---

**A EJEFE e os  
150 anos do TJMG**

# A EJEF e os 150 anos do TJMG

Sesquicentenário do Tribunal de  
Justiça do Estado de Minas Gerais





# 150 ANOS TJMG

1873 • 2023 Criação  
1874 • 2024 Instalação

O Poder Judiciário brasileiro, como o conhecemos hoje, percorreu um longo caminho de mudanças e reformas até aqui, permitindo o fortalecimento desta Instituição essencial para o funcionamento do Estado.

No período colonial — a partir do século XVI — não havia uma distinção entre os poderes que conformavam o território do que se convencionou denominar América Portuguesa. Estado e Igreja caminhavam imbrincados, e suas atribuições, por muitas vezes, se confundiam. Nesse sistema, os órgãos judiciários atuavam tanto em sua esfera específica quanto em ações administrativas. A aplicação da justiça foi uma das preocupações essenciais da Coroa: fazer cumprir as leis, evitar abusos e crimes e garantir a tranquilidade social eram condições imprescindíveis para a consolidação portuguesa do território d'além-mar.

Um dos instrumentos jurídicos utilizados pela monarquia lusa foram as Relações. Esses tribunais, de forma colegiada, revisavam os julgados de magistrados, anteriormente firmados de maneira monocrática. Eram cortes de segunda instância compostas por desembargadores. Pautavam-se pelas Ordenações Filipinas, pelo regimento da Casa de Suplicação e por regimentos próprios aliados às legislações extravagantes, cartas régias e outros instrumentos que regravam temáticas específicas.

Foi, no território da Bahia, inaugurada a instalação das Relações na Colônia, de maneira efetiva, em

1609. Seguiu-se a criação da Relação do Rio de Janeiro, no ano de 1751. Posteriormente, criaram-se, também, mais duas Relações, sendo uma no Maranhão, em 1811, e outra em Pernambuco, em 1821.

Essa arquitetura jurídica construída no Brasil foi de grande relevância para as instituições pós-Independência (1822). No período imperial, serviu de alicerce para a montagem de um projeto de nação e, posteriormente, atuou como garantidora da nova ordem estabelecida.

Nesse ínterim, o Decreto-Lei nº 2.342, de 06.08.1873, assinado pelo Imperador Dom Pedro II, criou sete Relações no Brasil, as primeiras na porção sul do território, desde a criação da Relação do Rio de Janeiro. São elas: a Relação de Ouro Preto, de Porto Alegre, de São Paulo, de Goiás, de Cuiabá, de Fortaleza e de Belém.

A criação da Relação de Ouro Preto, conseqüentemente, ajustou-se à elevada necessidade de agilizar o andamento processual, além de solidificar o reconhecimento, por parte do Estado, da importância da província mineira para o país. Instalada a 3 de fevereiro de 1874, foram empossados os sete primeiros desembargadores, nomeados pelo Decreto Imperial nº 5.456, de 05.11.1873. Compunham a Corte inicial os desembargadores Luiz

Gonzaga de Brito Guerra (primeiro presidente da Casa), Viriato Bandeira Duarte, Quintiliano José da Silva, Joaquim Pedro Villaça, Joaquim Francisco de Faria, Joaquim Caetano da Silva Guimarães, Luiz Francisco da Câmara Leal (Procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional). Nesse momento, Minas Gerais contava com 37 comarcas, e, ao longo dos anos imperiais, o número apresentou-se cada vez maior.

O advento da República e o novo diploma constitucional (1891) ocasionaram significativas mudanças na organização judiciária. A Relação de Ouro Preto foi extinta e, em seu lugar, alçado o Tribunal da Relação do Estado de Minas Gerais. Instalado a 16 de dezembro de 1891, a composição inicial da Corte era de nove desembargadores.

Com a inauguração da nova capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, em 1897, o Tribunal transferiu-se para as alterosas. Instalou-se em formato provisório no segundo pavimento da Secretaria do Interior,<sup>1</sup> passando a funcionar antes mesmo da inauguração oficial da cidade.

Em agosto de 2023, a Casa completa seu Sesquicentenário. Para celebrar a efeméride de um dos maiores Colegiados do país, o presidente José Arthur de Carvalho Pereira Filho instituiu uma Comissão Especial com o objetivo de promover estudos e sugestões de programações culturais.

Coordenada pelo Desembargador Marcos Henrique Caldeira Brant, Superintendente da MEJUD, a Comissão, formada pelos desembargadores Caetano Levi Lopes, Doorgal Borges de Andrada, Osvaldo Oliveira Araújo Firmo e Bruno Terra Dias e pelos servidores Andrea Costa Val, Artur Magalhães Bambirra e Iácones Batista Vargas, organiza uma série de ações comemorativas. Estão previstas solenidades oficiais, seminários históricos e jurídicos, apresentações culturais mensais, premiações literárias, entre outras.

Para além dessas ações, também estão previstas exposições itinerantes dos acervos históricos sob a salvaguarda da MEJUD. Nelas, será possível conhecer um pouco mais a trajetória do Poder Judiciário Mineiro.

Os marcos simbólicos da criação e instalação do TJMG serão rememorados através de placas evocativas, medalhas e selos personalizados. Nesse quesito, será proposta ação celebrativa em conjunto com os Tribunais que nasceram na mesma data.

Berço de juristas que marcaram a História da Magistratura nacional, tais como os saudosos Desembargadores Hermenegildo de Barros, Edmundo Lins, Orozimbo Nonato, Lopes da Costa e Amílcar de Castro, a Instituição carrega, em suas raízes tradicionais, com orgulho, os frutos da seriedade do seu trabalho, ciente de que sempre há o que se fazer.



<sup>1</sup> Atualmente Museu das Minas e Metal, localizado na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte.





**O Patrono**

# O Patrono



Edésio Fernandes - Imagem de Arquivo

Edésio Maia Fernandes nasceu no dia 3 de julho de 1913, no pequeno distrito Dr. Lund, em Pedro Leopoldo (MG). O menino foi o terceiro dos nove filhos de Annibal Fernandes, um cearense de Paracatuba (CE) e da mineira Florisbela Maia Fernandes, Dedélia, como era conhecida.

Lá, em sua terra natal, o infante Edésio iniciou o estudo primário, ao mesmo tempo em que se dedicava à prática de seu esporte preferido, jogar futebol, por recreação, com seus primos.

A família mudou-se para Belo Horizonte quando Deco, seu apelido de infância, tinha 12 anos. A numerosa família passou a residir no bairro da Floresta, em moradia próxima ao Grupo Escolar Barão de Macaúbas, onde Edésio foi matriculado e concluiu o primário.

Em 1931, no Colégio Arnaldo, concluiu o grau secundário, formando-se em Humanidades. Em 1932, entrou para a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, conquistando o bacharelado em 1936.

Desde a universidade, Edésio Fernandes revelava sua vocação para gestão, liderança e negociação pela busca de direitos e pacificação em situações de conflitos. Em sua trajetória no curso de Direito, foi eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes - DCE. Mais tarde, passou a dividir a rotina com o trabalho na Rede Mineira de Viação. Nessa mesma época, colheu frutos da prática amadora do futebol, ao ser tornar jogador do Sete de Setembro Futebol Clube, no Bairro do Horto, na capital mineira.

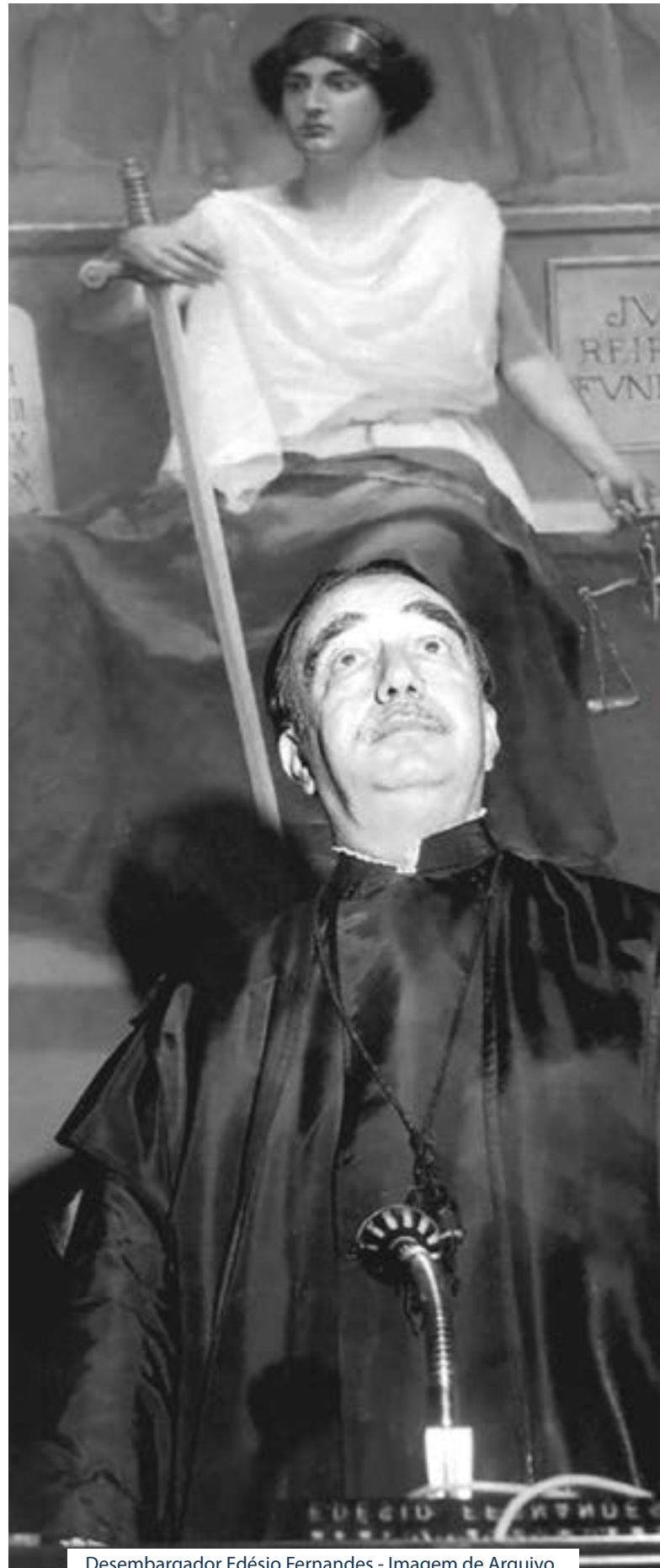
No âmbito familiar, seguiu o exemplo dos pais ao formar numerosa família com Maria Iphigênia Vianna de Lima, com quem se casou aos 10 de novembro de 1938, na capela do Palácio Cristo Rei, em Belo Horizonte. Em matrimônio que durou 42 anos, o casal granjeou prole de sete filhos: Heloísa, Luiz Anibal, Marcos, Eduardo, Cândido Luiz, Maria Eugênia e Edésio.

No livro *Edésio Fernandes: um homem simples a serviço da Justiça*, sua filha Heloísa Carvalho Fernandes descreve o pai como “um homem elegante, de fino trato, extremamente sensível aos dramas da condição humana” (FERNANDES JÚNIOR, 2013, p. 21), apesar do temperamento reservado e introspectivo. Ela revela que seu genitor tinha o dom de ser amigável com todas as pessoas e lutar por justiça.

*Acolhia com simpatia as pessoas que o procuravam em busca de justiça e aos mais humildes dispensava sempre um tratamento especial. Em suma, seu perfil o identificava como um homem de hábitos simples, longe do brilho da vida social, mas cuja presença solidária era certa para a família e os amigos nos momentos de alegria ou dor (FERNANDES JÚNIOR, 2013, p. 21).*

A vida profissional de Edésio Fernandes foi marcada pelo trabalho árduo e profícuo. Ainda solteiro, ingressou no Ministério Público, tendo sido nomeado, em 1937, Promotor de Justiça do Município de Prata, no Triângulo Mineiro. Já casado, em 1938, ocupou o mesmo cargo em Elói Mendes, sul de Minas. Em 1941, fez concurso público para Juiz de Direito, passando por várias comarcas, da 1ª à 4ª entrância — foi nomeado, sucessivamente, para Mutum (1941), Três Pontas (1942-1943), Muzambinho (1943-1946), Três Corações (1946-1950), Lavras (1950-1952) e Ponte Nova (1953-1954). Finalmente, depois de longa peregrinação pelo interior, chegou à capital, para ocupar o cargo de Juiz da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública. Entre 1957-1959, atuou também como Juiz do Tribunal Regional Eleitoral.

Em fevereiro de 1959, o Governador Bias Fortes nomeou-o para compor o TJMG. Edésio Fernandes tinha, então, 45 anos.



Desembargador Edésio Fernandes - Imagem de Arquivo

Em agosto de 1975, elevado ao cargo máximo de direção da Corte mineira, o desembargador ocupou a presidência do TJMG, no biênio 1975-1977. Assim que assumiu a Direção do Tribunal, dedicou-se a viabilizar a criação de uma escola que pudesse contribuir para a formação de magistrados, diligenciando diuturnamente para que essa missão se concretizasse. Além disso, empenhou-se com afinco pelo tombamento e restauração do Palácio da Justiça Rodrigues Campos, o belo prédio de estilo eclético da Avenida Afonso Pena, nº 1.420.

O perfil institucional da Escola espelha a honradez e o zelo de seu patrono. Por 21 anos, como membro da Segunda Câmara Cível do TJMG, Edésio Fernandes dedicou-se a fazer justiça na Casa da qual foi decano de 1977 a 1980. Seu idealismo pedagógico não desprezava o aspecto prático, tanto que lutou pelo aumento dos vencimentos dos profissionais do Poder Judiciário e conseguiu resgatar sua dignidade e independência, por meio do estabelecimento de um plano de cargos e salários, estendido a aposentados e pensionistas. Com reverência a seu patrono, a EJEF mantém-se firme na tradição de aliar robusto conhecimento teórico à constante reflexão sobre a prática judicante, sem descuidar dos aspectos materiais que favorecem a aprendizagem.





Desembargador Edésio Fernandes - Imagem de Arquivo





---

# Linha do Tempo

# Linha do Tempo





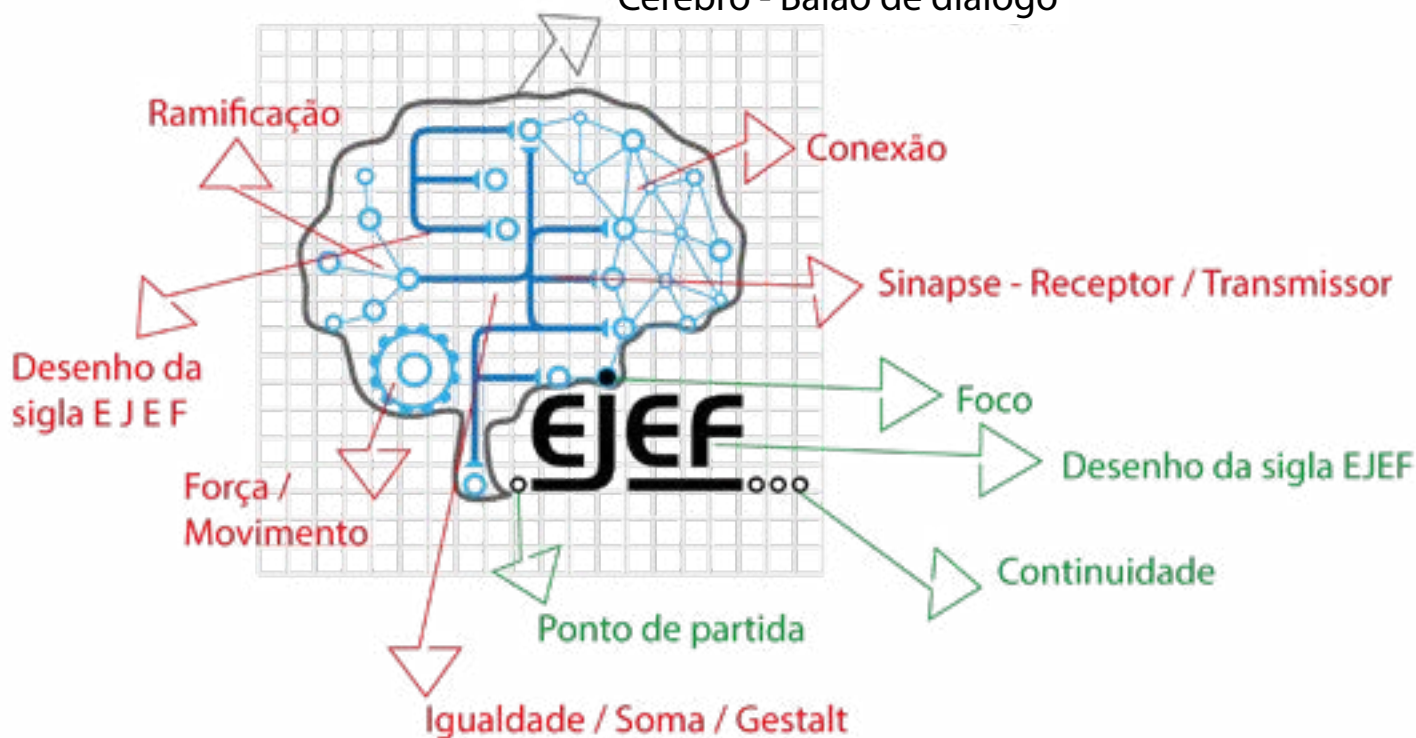




# Logotipos

# Logotipos

Cérebro - Balão de diálogo



O atual logotipo bem como a identidade visual (cores e escolha tipográfica) da EJEF foram instituídos na gestão do Desembargador Wagner Wilson, Superintendente de 2016 a 2018, pela Portaria da 2ª Vice-Presidência nº 99, de 04.04.2017, a qual também regulamentou sua utilização em peças internas e externas (parcerias e apoios da Escola).

O *design* foi concebido para marcar um momento de transição da Escola, que entrava em uma fase de reforço a seu papel de formação dentro do Tribunal e de uso cada vez mais significativo das tecnologias digitais, principalmente com a implantação dos cursos a distância.

Os traços utilizados remetem a sinapses neurais, ao conhecimento, à tecnologia e ao conceito de rede.

O balão simboliza o pensamento, reforçando o conceito da construção do conhecimento por meio da troca e do diálogo.

Antes e depois da sigla, há pontos, para evocar a ideia de continuidade e desenvolvimento. O ponto solitário à esquerda ilustra o impulso nervoso inicial e, metaforicamente, remete ao foco no aprendizado prático e inovador que a Escola quer oferecer. Os três pontos consecutivos à direita sinalizam as conexões cerebrais estabelecidas à medida que o conhecimento se propaga, não só pela Escola, mas também, em fluxo crescente, pelos seus docentes, servidores e alunos.

Para o formato da sigla EJEF foi escolhida fonte denominada "Aero", que passou por

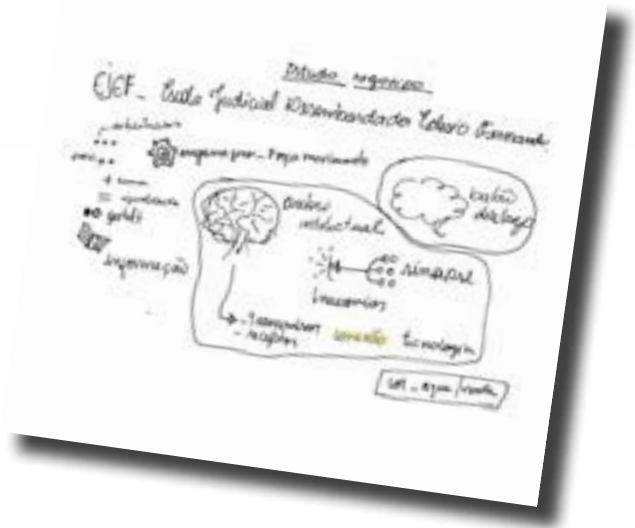
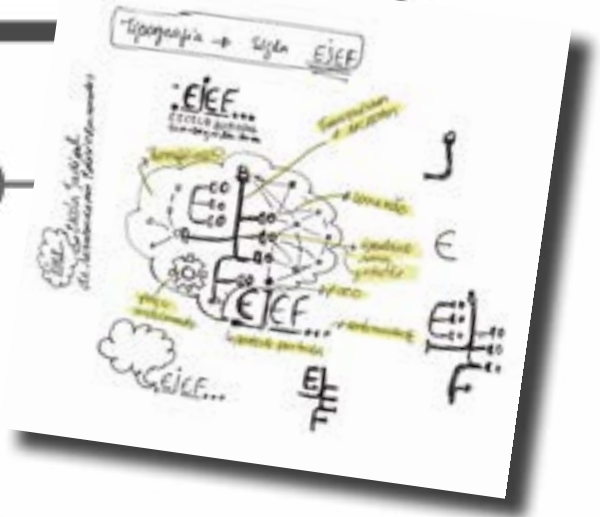
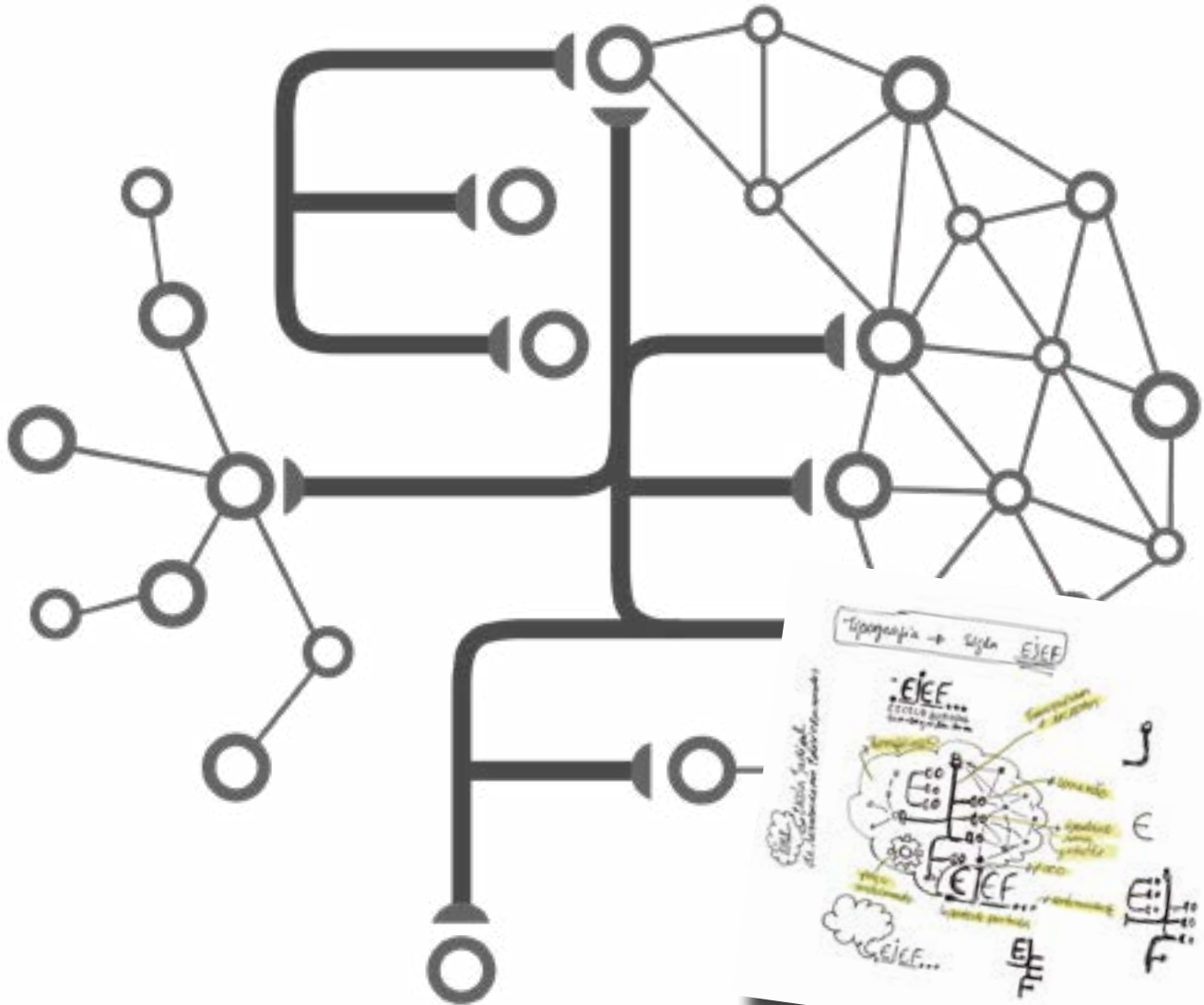
um processo de estilização interna. Trata-se de uma fonte *clean*, sem serifa, com contornos leves e abaulados, de modo que o conjunto dessas características traduzisse os conceitos de objetividade e continuidade. Por seu apelo à estética moderna, sinaliza também o foco na tecnologia como aliada ao desenvolvimento de pessoas e à gestão da informação. Para grafar o nome por extenso, optou-se pela fonte “Myriad Pro”, tipografia usada no logotipo do TJMG.

Para a aplicação do logotipo, foi desenvolvido *design* cambiante — modalidade atual que aceita variações e mutações de cor, forma e tamanho. Assim, alguns elementos que foram utilizados em sua concepção, como o balão de diálogo, o cérebro, as ramificações e conexões nervosas, podem ser inseridos em algumas peças gráficas e eletrônicas, mantendo-se o conceito original da marca.

O logotipo define a identidade visual dos produtos da Escola, com a utilização de paleta com gradientes do azul ao verde. O azul, por representar tecnologia, inovação, inteligência e segurança, e o verde, correspondente à harmonia, equilíbrio e coerência; atributos fundamentais para uma instituição moderna, inovadora e difusora de conhecimento.

A marca foi desenvolvida pela *designer* gráfica Shirley Oliveira Moraes Sousa, lotada na Coordenação de Publicidade (COPUB), antigo Centro de Publicidade e Comunicação Visual, vinculada à Diretoria Executiva de Comunicação (DIRCOM) do TJMG.





## Antigo logotipo



A antiga identidade da EJEJF foi baseada na ideia de formação humana, o que, de modo geral, constitui a finalidade última da Escola, uma vez que, em ampla perspectiva, suas atribuições estão voltadas para recrutamento, seleção e formação de pessoas, mediante difusão e compartilhamento do conhecimento especializado da Instituição.

Em consonância com o processo de formação da nova EJEJF (fusão do CEC e antiga EJEJF), o elemento principal da nova identidade foi criado a partir de uma combinação dos símbolos de duas marcas antigas (as reticências do CEC e a coluna da EJEJF). Da união desses dois elementos, que foram estilizados para amalgamar a ideia que eles representavam isoladamente, surgiu a silhueta de uma pessoa.

O propósito dessa figura (curvas leves formando um tórax) foi justamente mostrar, naquela marca, a dimensão humana do trabalho da Escola. Essa figura

estilizada indica que o processo educativo-formativo é permanente; significa que o ser humano nunca atinge a sabedoria plena, porque sempre haverá algo a conhecer. Essa ideia é reforçada pela inserção da linha horizontal, que forma letra grega e número denominados PI ( $\pi$ ). A natureza infinita dessa dízima periódica (3,14...) traduz o conceito de desenvolvimento contínuo, permanente, infinito.

O círculo sutilmente aberto, que corresponde à cabeça da figura, induz à associação com uma mente aberta ao constante aprendizado. Indo mais longe, pode-se dizer que a silhueta do tronco, sobre a qual se apoia o círculo aberto (ou cabeça), representa o conhecimento, ou seja, a base que sustenta a formação humana.





# Ejef em Fotos



1º Curso Intensivo para novos Juízes  
06.08.1979 a 11.08.1979





Curso Intensivo para novos Juizes - ensaio para a Escola Judicial  
1976



2º Curso de Preparação para Ingresso na Magistratura - EJEJ  
23.03.1981 a 27.03.1981



4º Curso de Preparação para Ingresso na Magistratura - EJEJ  
1984







3º Curso de Preparação para Ingresso na Magistratura - EJEJ  
1982



6º Curso de Preparação para Ingresso na Magistratura - EJEJ  
1985



5º Curso de Preparação para Ingresso na Magistratura - EJEJ  
02.06.1985



7º Curso de Preparação para Ingresso na Magistratura - EJEF  
02.06.1986



8º Curso de Preparação para Ingresso na Magistratura - EJEF  
04.05.1987



10º Curso de Preparação para Ingresso na Magistratura - EJEF  
22.08.1988



9º Curso de Preparação para Ingresso na Magistratura - EJEJ  
01.02.1988



11º Curso de Preparação para Ingresso na Magistratura - EJEJ  
28.08.1989



12º Curso de Preparação para Ingresso na Magistratura - EJEJ  
14.05.1990



13º Curso de Preparação para Ingresso na Magistratura - EJEJ  
06.04.1992





14º Curso de Preparação para Ingresso na Magistratura - EJEF  
21.06.1993



1º Curso de Formação Inicial para Magistrados - EJEF  
05.03.1996 a 30.08.1996



2º Curso de Formação Inicial para Magistrados - EJEJ  
08.09.1997 a 26.03.1998



3º Curso de Formação Inicial para Magistrados - EJEF  
04.09.1998 a 26.03.1999



5º Curso de Formação Inicial para Magistrados - EJEF  
30.04.2001 a 31.08.2001



4º Curso de Formação Inicial para Magistrados - EJEF  
13.11.2000 a 11.05.2001





6º Curso de Formação Inicial para Magistrados - EJEF  
04.08.2003 a 18.12.2003



7º Curso de Formação Inicial para Magistrados - EJEF  
03.08.2004 a 15.12.2004



9º Curso de Formação Inicial para Magistrados - EJEF  
13.02.2006 a 06.06.2006



10º Curso de Formação Inicial para Magistrados - EJEF  
15.03.2000 a 21.06.2007



11º Curso de Formação Inicial para Magistrados - EJEF  
24.01.2008 a 13.06.2008



1º Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura - EJEJ / 02.03.2009 a 02.07.2009



2º Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura - EJEJ / 01.06.2010 a 31.08.2010



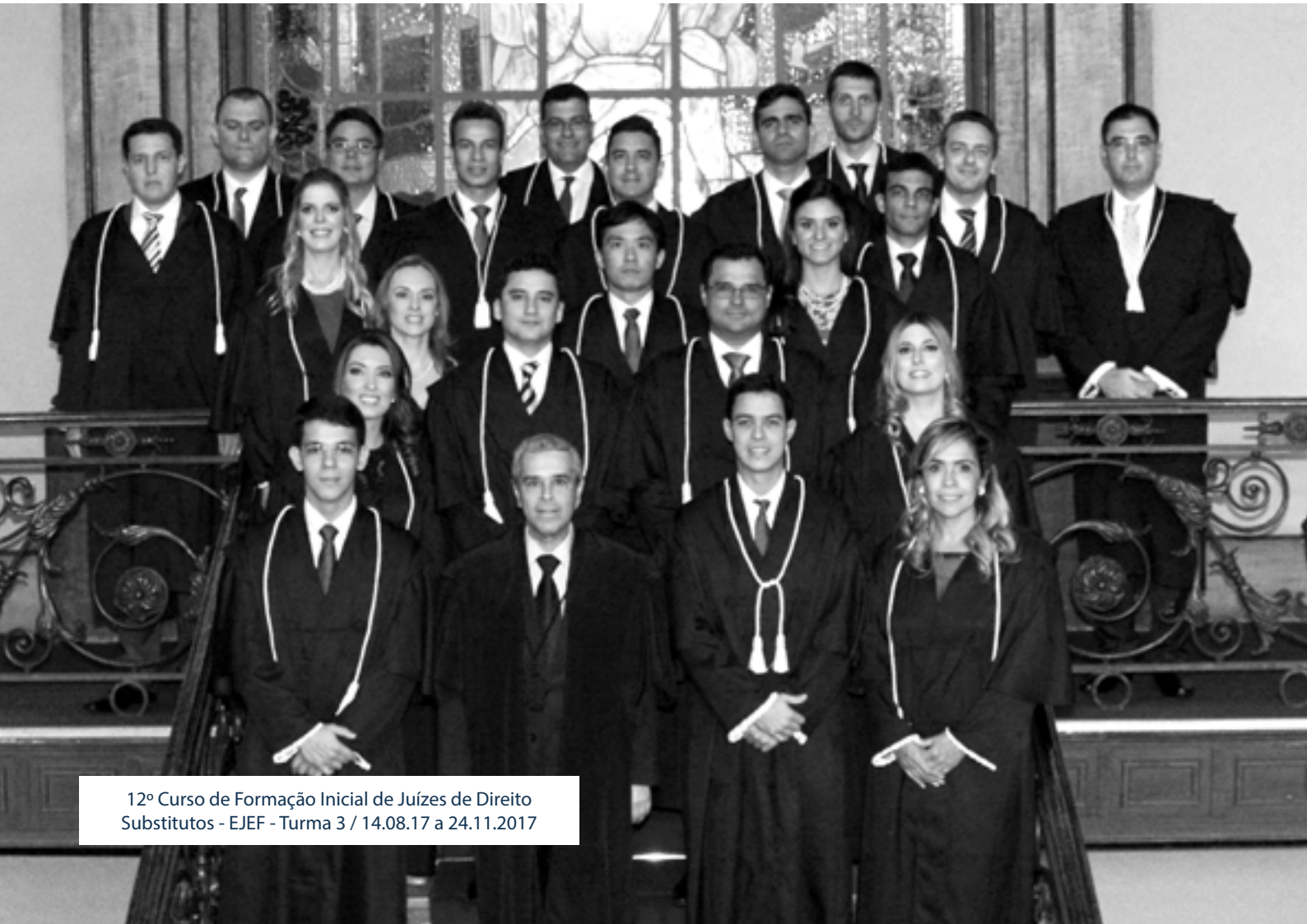
3º Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura - EJEJ / 03.12.2012 a 04.04.2013



12º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos - EJEJ - Turma 1 / 01.03.2016 a 28.06.2016



12º Curso de Formação Inicial de Juizes de Direito  
Substitutos - EJEJ - Turma 2 / 23.01.2017 a 12.05.2017



12º Curso de Formação Inicial de Juizes de Direito  
Substitutos - EJEJ - Turma 3 / 14.08.17 a 24.11.2017



13º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos - EJEJ - Turma 1 / 02.09.2019 a 06.12.2019



13º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos - EJEJ - Turma 2 / 03.02.2020 a 26.06.2020





**Evolução**  
**Administrativo-Pedagógica:**  
**Marcos Temporais**

# Evolução Administrativo-Pedagógica: Marcos Temporais



Evento de Comemoração do 36º aniversário da EJEF



Nos anos iniciais da recém-criada Escola, foram organizados seminários e encontros jurídicos para juízes, realizados em caráter intensivo. Seguiram-se os primeiros cursos, com duração de uma semana. Mais tarde, a EJEF assumiu a condução dos concursos para Juiz de Direito e dos treinamentos para os aprovados.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, verificou-se a necessidade de ampliação da atuação da EJEF e, conseqüentemente, de sua estrutura organizacional. Foram criados, então, o Departamento de Concursos e de Formação Inicial e o Departamento de Formação Permanente.

Em meados da década de 1990, a EJEF tornou-se referência nacional nos processos de seleção e formação de magistrados, uma vez que implementou, em 1995, o primeiro curso de longa duração para preparação de novos juízes, realizado em seis meses.

Em 2002, assumiu as atribuições do Centro de Educação Continuada, até então responsável pelo desenvolvimento de competências gerenciais, técnico-jurídicas, técnico-operacionais e humano-sociais dos servidores.

Daí em diante, passou a responsabilizar-se por todos os processos de recrutamento, seleção, formação inicial e desenvolvimento contínuo dos magistrados e servidores, além de agregar as áreas responsáveis pela pesquisa jurídica, pela Biblioteca Desembargador Amílcar de Castro, pela *Revista Jurisprudência Mineira* e pela administração do plano de carreiras e da avaliação de desempenho.

O ano de 2005 foi marcado pela ampliação de seu escopo de atuação, com a criação dos Núcleos Regionais da EJEF, que surgiram para descentralizar o trabalho formativo-educacional, de modo a promover a integração, capacitação bem como a formação inicial e permanente de magistrados e servidores no interior do Estado.

Em 2006, foi ofertado o curso “Atos de Comunicação para Oficiais de Justiça”, na modalidade a distância, que inaugurou a era da formação mediada pelas tecnologias digitais na EJEF.

Em janeiro de 2007, a Resolução nº 521 promoveu significativas mudanças na estrutura organizacional da Escola. A partir de sua publicação, passaram a ser conduzidas separadamente — ainda que sob a mesma Superintendência — as atribuições concernentes a processos de recrutamento, seleção, formação e desenvolvimento de magistrados, servidores, estagiários, voluntários e colaboradores da Justiça — que ficaram a cargo da Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas - DIRDEP —; e as referentes à organização, à preservação e à acessibilidade de informações documentais, abrangendo jurisprudência, normas, padronizações internas e outras informações especializadas — que ficaram a cargo da Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental - DIRGED.

A DIRGED assumiu a aplicabilidade de políticas, técnicas e normas com o intuito de garantir a gestão, a preservação, a destinação, a guarda, a eliminação e o acesso aos documentos institucionais e aos acervos de primeira e segunda instâncias. A Diretoria também é responsável por gerir a informação técnica necessária para subsidiar as decisões dos magistrados e gestores, incluindo a gestão de bibliotecas, assinaturas de revistas, jornais e bases de dados. As equipes também se dedicam à edição e à publicação de periódicos do Tribunal, bem como pela indexação e divulgação da jurisprudência do TJMG.

Em 2009, no que se refere à recém-criada DIRDEP, atenta às novas diretrizes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, estruturou o primeiro curso de “Formação para ingresso na Carreira da Magistratura” como fase final do concurso, com duração de três meses. No TJMG, houve três desses cursos, sendo que o último ocorreu no ano de 2013. Feitas criteriosas avaliações, a Superintendência da EJEF considerou por bem propor à Presidência do Tribunal o retorno ao modelo anterior, no que foi atendida.

No final da primeira década dos anos 2000, a DIRDEP já tinha constatado que seria preciso ajustar sua atuação como formadora de magistrados e de servidores, devido às exigências que lhes eram feitas para lidar com questões cada vez mais desafiadoras no trabalho. As demandas que aportavam ao Judiciário refletiam anseios cada vez mais complexos da sociedade, e isso exigia dos membros do Tribunal e de seu quadro de pessoal respostas mais inovadoras e efetivas.

Nesse cenário, já em 2010, foi contratada uma consultoria externa para analisar a adequação didático-pedagógica dos programas de formação já existentes. Dessa iniciativa, que contou com a contribuição coletiva dos servidores da DIRDEP, resultou a elaboração do primeiro “Plano Educacional da EJEF”, cuja publicação se deu em 2014 e já se alinhava à Resolução CNJ nº 192, de 2014, que dispõe sobre a política de formação e aperfeiçoamento dos servidores do Poder Judiciário. O trabalho foi intitulado *Plano Educacional da EJEF: educação para o desenvolvimento profissional e excelência do Tribunal de Justiça Mineiro (MINAS GERAIS, 2014)*. Também em decorrência das mudanças, cada vez mais rápidas no cenário organizacional e na sociedade como um todo, a ENFAM implementou ajustes em suas diretrizes pedagógicas, o que estimulou a EJEF, em 2016, a adequar a proposta pedagógica em vigor à época. Para tanto, contratou consultoria especializada, que, atuando junto às equipes da DIRDEP, propôs uma série de mudanças conceituais e metodológicas. Desse trabalho resultou a publicação do *Projeto Político-Pedagógico - PPP (MINAS GERAIS, 2018)*, a elaboração dos itinerários formativos para as áreas consideradas críticas pela EJEF, bem como a opção preferencial por metodologias ativas. Nessa perspectiva, investiu-se na capacitação pedagógica da equipe técnica da Escola e dos docentes.

Em decorrência de todo esse trabalho, verificou-se a necessidade de revisão e ajuste do *Plano Educacional* de 2014 à nova realidade da EJEF e ao Planejamento Estratégico do Tribunal para o período de 2018-2020. Essa revisão resultou na segunda versão do *Plano Educacional da EJEF*, publicado em 2018.

Ao final de 2018, a Instituição iniciou o processo de elaboração e acompanhamento de seus Planos Anuais de Desenvolvimento - PAD, os quais enunciam os objetivos e as metas anuais, bem como contêm catálogo e cronograma das ações educacionais, com o intuito de favorecer o alcance dos resultados esperados, direcionando, de forma organizada e antecipada, os esforços e recursos da Escola Judicial.

Dada a necessidade de ampliar a divulgação das ações educacionais ofertadas no calendário anual e conferir maior visibilidade aos PAD, a EJEF revitalizou seu portal eletrônico, tornando-o mais intuitivo e dinâmico, ao mesmo tempo em que optou por novos meios digitais para divulgar suas ações. Desse modo, buscou facilitar o acesso dos usuários e potencializar a pesquisa das ações, prevendo diversidade de interesses e disponibilidades, de acordo com a natureza da formação, a data da oferta e o perfil do público.

Em 2019, a EJEF incorporou o acompanhamento pelos juízes orientadores desde o início do curso de Formação Inicial de Juízes Substitutos e criou respectivo ambiente virtual de aprendizagem, denominado Sistema de Acompanhamento de Magistrados Vitaliciandos - SAV. Nesse ambiente, a cada juiz vitaliciando corresponde um "Portfólio de Vitaliciamento", composto por planejamentos, atividades, avaliações diagnósticas, formativas e somativas que abrangem todo o período que antecede o vitaliciamento. Foi assim desenvolvido o Programa de Aperfeiçoamento dos Magistrados Vitaliciandos do TJMG, denominado "Vitaliciar", cuja base é a sistematização de situações de aprendizagem, planejadas com foco nas necessidades de desenvolvimento de competências percebidas na prática, que articulam a formação teórica com a experiência no espaço de trabalho.

Em sua configuração atual, o Programa Vitaliciar já obteve credenciamento da ENFAM (Portaria de Credenciamento ENFAM nº 130, de 13.05.2020).

Após mais de quatro décadas de existência, a EJEF percebe a evolução administrativo-pedagógica por que passou, até se conquistar seu alto nível de excelência na capacitação e na atualização dos profissionais do Poder Judiciário. O júbilo deste momento não ofusca o compromisso de continuar a contribuir para a promoção de um sistema de Justiça mais eficiente e acessível à população, em conformidade com os desígnios do TJMG.





---

# Quadro de Pessoal



# Quadro de Pessoal

Em 1977, a EJEF iniciou suas atividades com três servidores. Em 2023, os recursos humanos da Escola robusteceram-se, somando 140 servidores e 211 colaboradores, que se ocupam da realização de tarefas específicas da Escola e, para tanto, respeitam compromisso ético-moral com a constante busca de aprimoramento das estratégias pedagógicas e, conseqüentemente do portfólio de ações educacionais e demais especificidades de diversas áreas e setores.

A título de comparação, observa-se que, no TJMG, a quantidade de servidores ativos em 13 de agosto de 1977 totalizava 309, de acordo com dados aferidos das fichas financeiras, que eram a forma de documentação à época. Em agosto de 2022, o Tribunal mineiro tinha 14.197 servidores, conforme dados extraídos do sistema informatizado de recursos humanos -RH. O quadro de pessoal distribui-se da seguinte forma:

- 2.698 da Secretaria do Tribunal;
- 11.499 da Justiça de primeira instância (este Tribunal assumiu a administração do Foro Judicial, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da reestruturação disposta na Lei Estadual nº 9776/1989).

As 351 pessoas que atuam na EJEF diligenciam diuturnamente para oferecer serviço de qualidade, conforme suas demandas e necessidades, no horizonte da visão, da missão e dos valores da Instituição. Para tanto, encontram-se organizadas em equipes, com colaboradores e estagiários, no gabinete e nas diretorias — por sua vez constituídas das coordenações, do centro, dos serviços e das assessorias — a seguir indicados:

- Gabinete da 2ª Vice-Presidência
- Comitê Técnico da EJEF - Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos – CEJ
- Juiz(a) Auxiliar da 2ª Vice-Presidência
- Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas - DIRDEP, que é responsável pelas seguintes áreas:
  - Assessoria Jurídica para o Desenvolvimento de Pessoas
  - Centro de Tecnologia e Mídias Digitais
  - Assessoria Técnica para o Desenvolvimento de Pessoas
  - Centro de Tecnologia e Mídias Digitais
  - Coordenação Administrativa de Formação I
  - Coordenação Administrativa de Formação II
  - Coordenação Administrativa de Formação Inicial e Pós-Graduação



Alta Direção da EJEF, servidores e colaboradores durante reunião dos 100 dias da Gestão - 2022/2024

- Coordenação de Avaliação de Desempenho e Acompanhamento do Plano de Carreiras dos Servidores
- Coordenação de Concursos
- Coordenação de Desenvolvimento Humano-Social
- Coordenação de Orientação à Lotação e Movimentação
- Coordenação de Planejamento dos Programas de Gestores, Servidores e Extensão
- Coordenação de Planejamento dos Programas de Magistrados, Formadores e Pós-Graduação
- Coordenação de Seleção e Acompanhamento de Estagiários
- Gerência Administrativa de Formação
- Gerência de Desenvolvimento e Acompanhamento das Carreiras
- Gerência de Estágio e Concursos
- Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Pedagógico
- Serviço de Apoio Administrativo e de Infraestrutura

Diretoria de Gestão da Informação Documental - DIRGED, que comanda:

- Assessoria Técnica para a Gestão da Informação Documental
- Coordenação de Arquivo Central
- Coordenação de Arquivo da Secretaria do Tribunal de Justiça
- Coordenação de Arquivo Permanente
- Coordenação de Biblioteca
- Coordenação de Jurisprudência e Publicações Técnicas
- Coordenação de Orientação e Avaliação Documental
- Coordenadoria de Gestão de Documentos Eletrônicos
- Gerência de Arquivo e Gestão Documental da Justiça de 1ª Instância
- Gerência de Arquivo e Gestão Documental e de Gestão de Documentos Eletrônicos e Permanentes
- Gerência de Jurisprudência, Biblioteca e Publicações Técnicas





Equipe EJEF





---

# Superintendentes

# Superintendentes

De 1979 ao biênio 2022/2024, 29 Superintendentes foram responsáveis pela gestão da Escola Judicial.

Resolução nº 401/2002, publicada no *Jornal Minas Gerais* de 21.09.2002, estabeleceu, no parágrafo único do art. 5º: “É facultada ao Superintendente a indicação de desembargador, em atividade ou aposentado, para exercer a função de Superintendente Adjunto, ao qual competirá substituir o titular em suas ausências”.

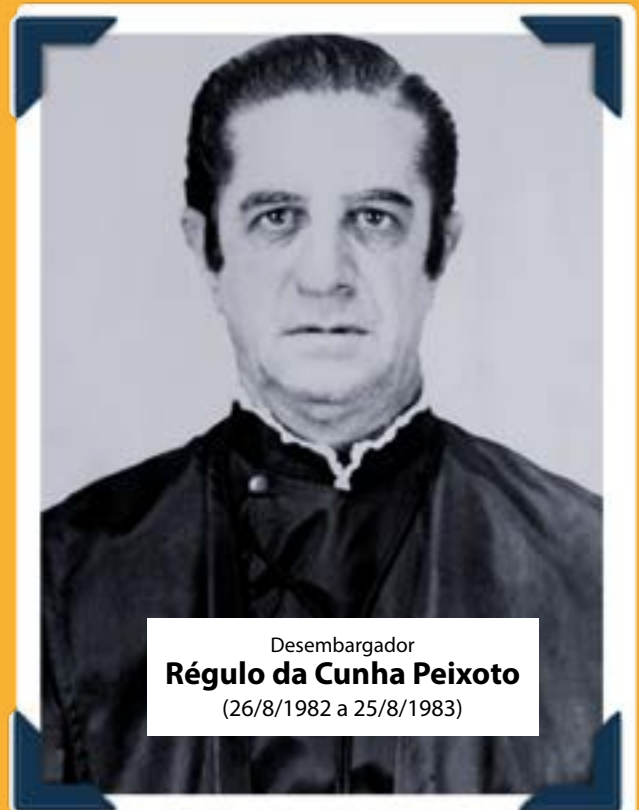
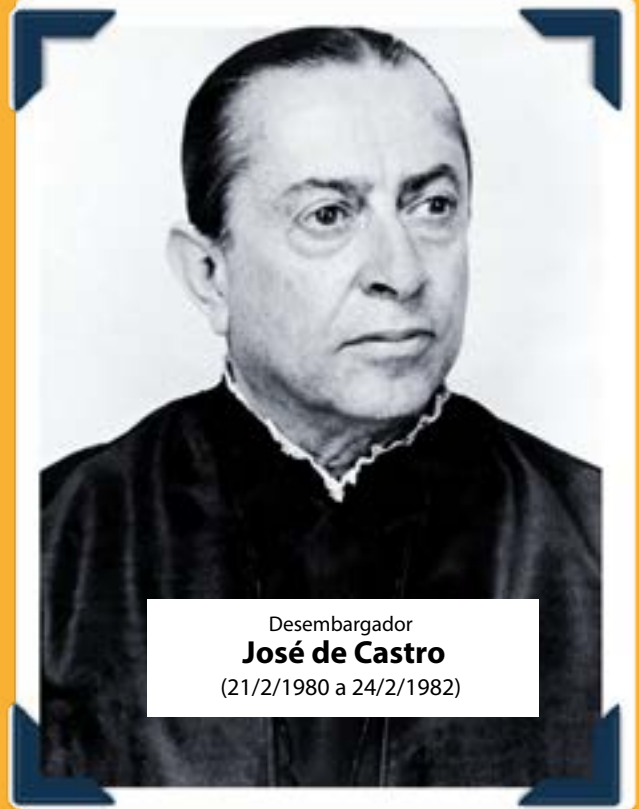
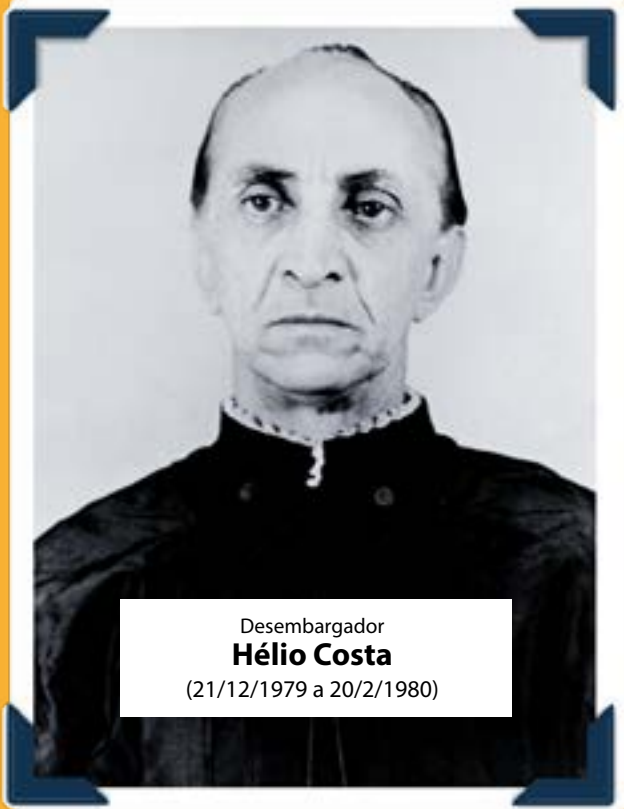
Portanto, desde 2002, a Escola passou a contar com a atuação de Superintendente Adjunto, sendo o Desembargador Sérgio Antônio de Resende o primeiro a ocupar esse cargo. Em 2006, a Desembargadora Jane Silva foi a primeira mulher a atuar como Superintendente Adjunta da Escola.

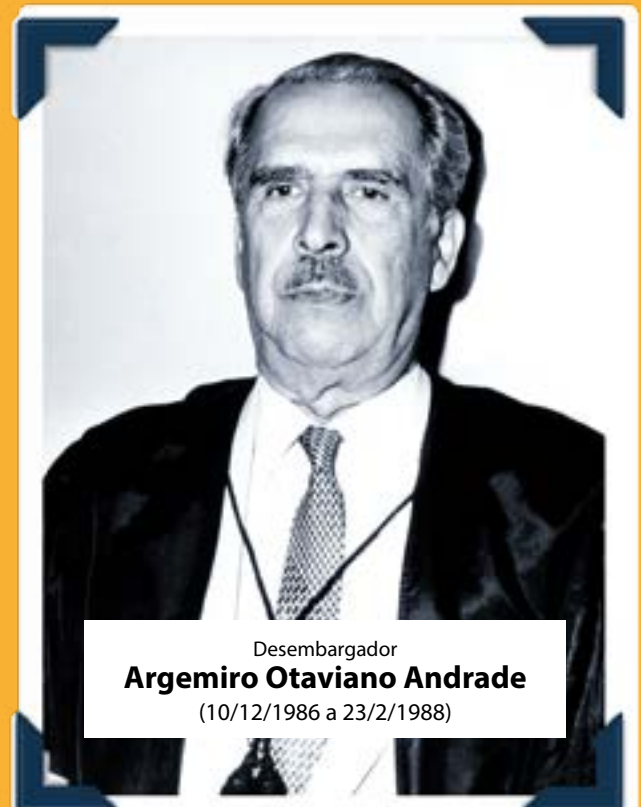
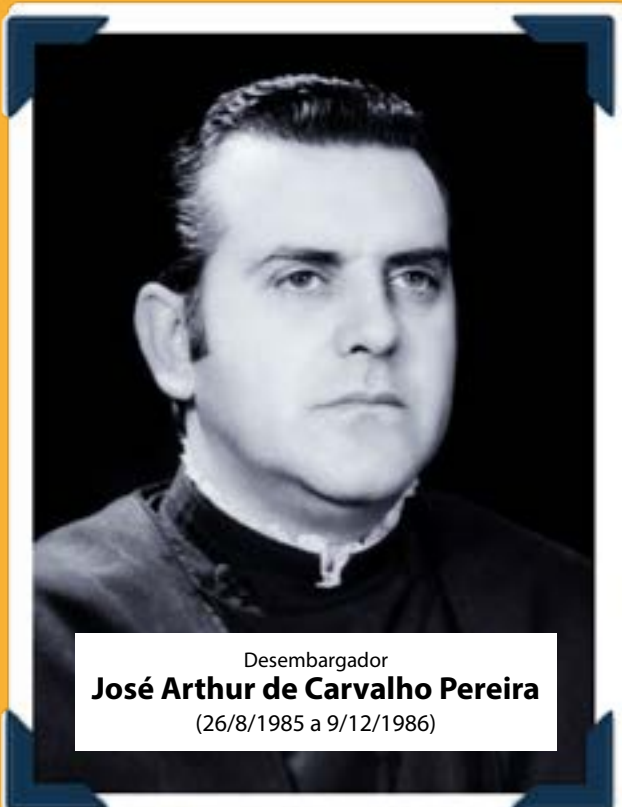
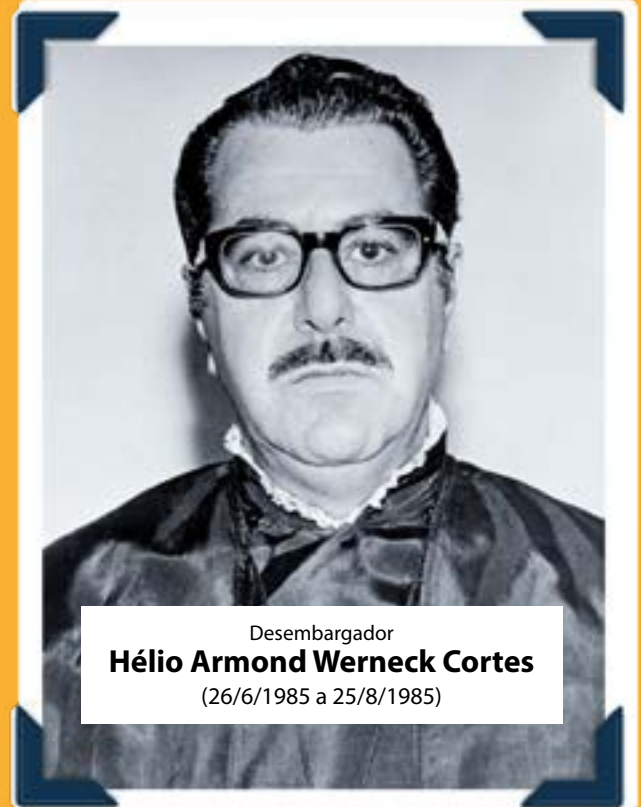
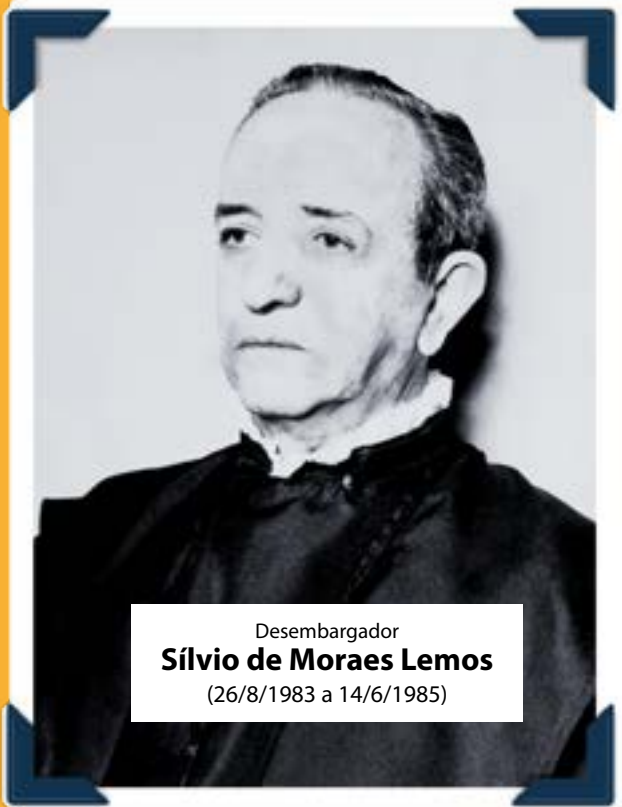
Em 2018, a Desembargadora Áurea Maria Brasil Santos Perez tornou-se a primeira Superintendente da EJEF, tendo nomeado Adjunta a Desembargadora Maria Luíza de Marilac Alvarenga Araújo.

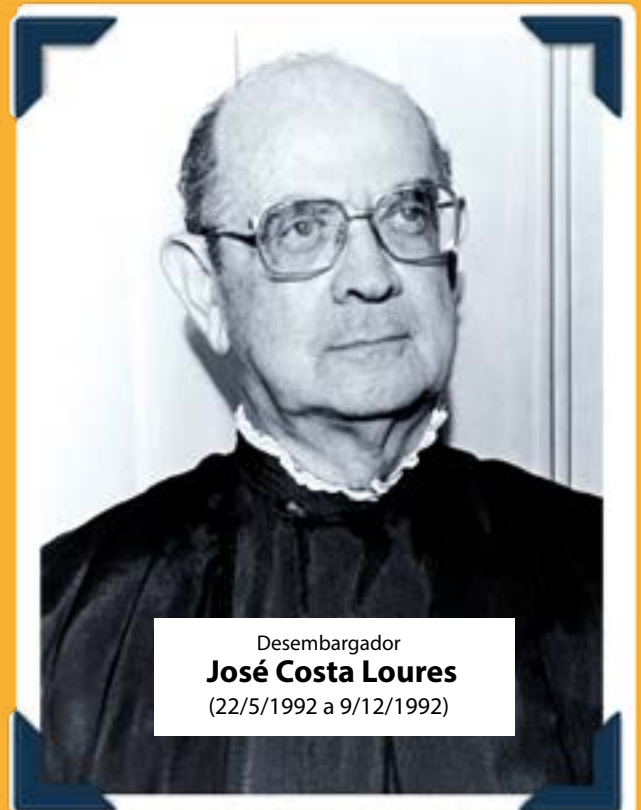
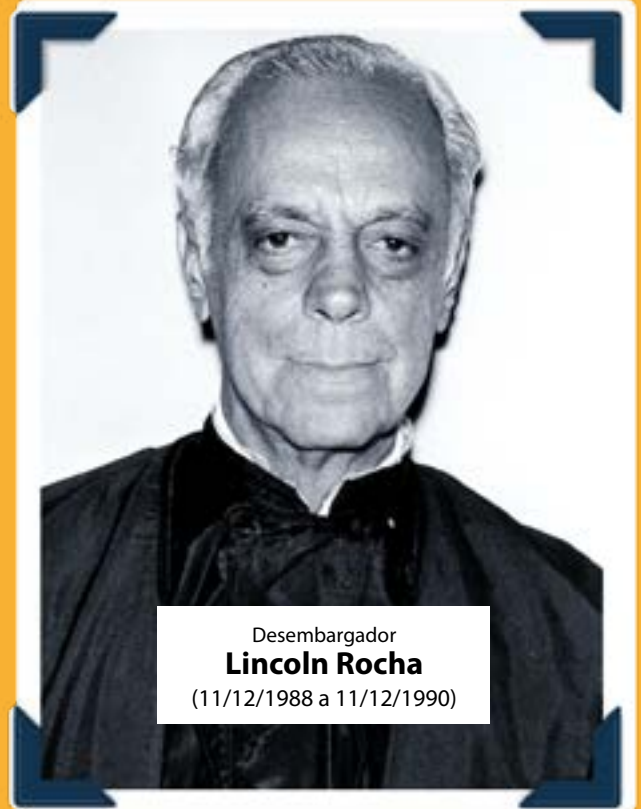
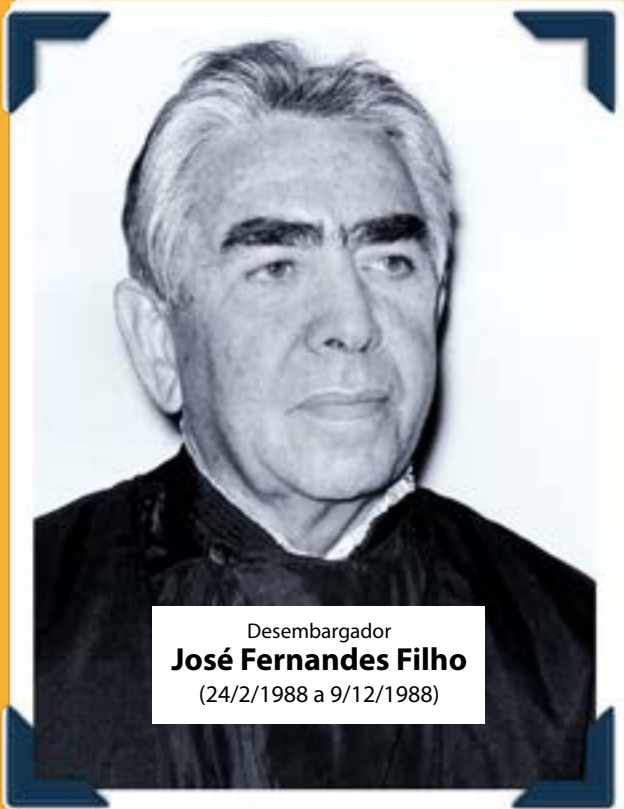
A Resolução nº 979/2021 prevê que “a Superintendência da EJEF tem como objetivo assegurar a juridicidade e a efetividade no cumprimento dos objetivos de que trata o art. 2º em consonância com as políticas e diretrizes estratégicas e institucionais”. Conforme o parágrafo único do art. 4º, “o Superintendente da EJEF é o 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça”.

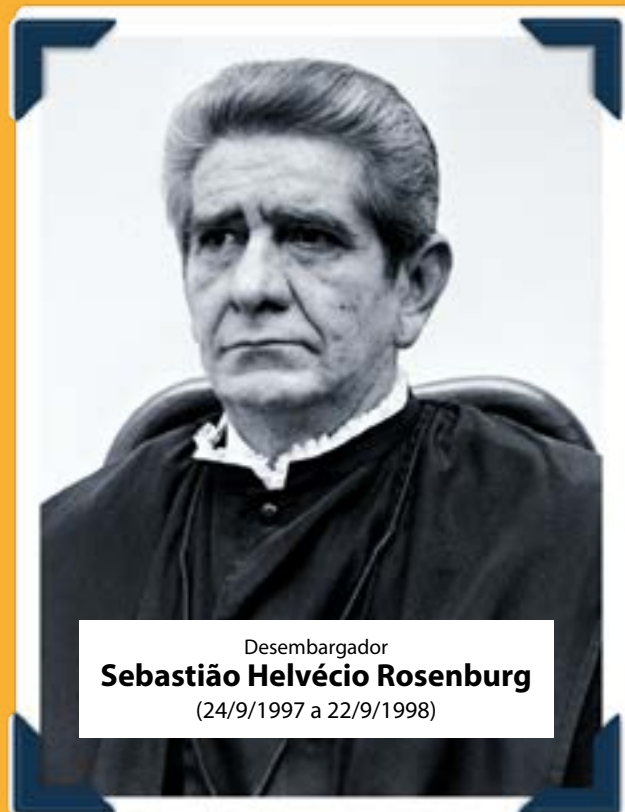
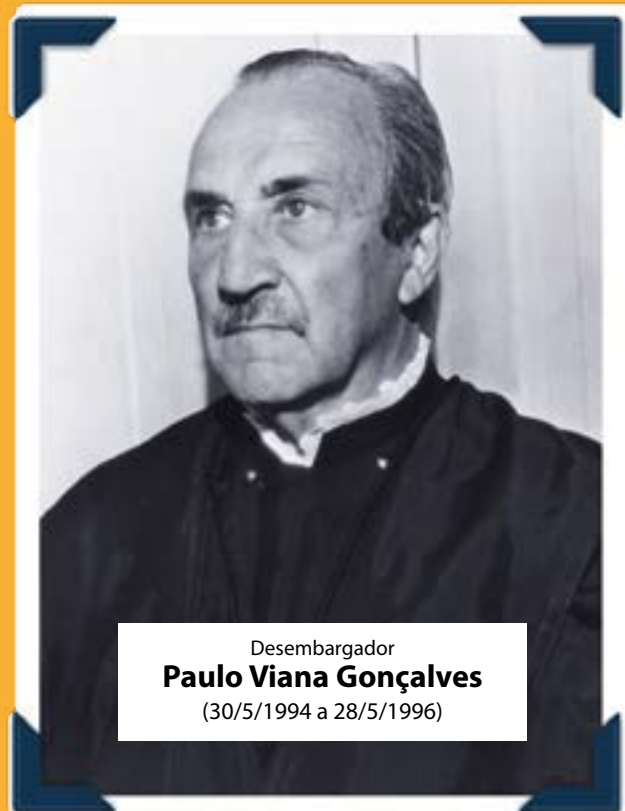
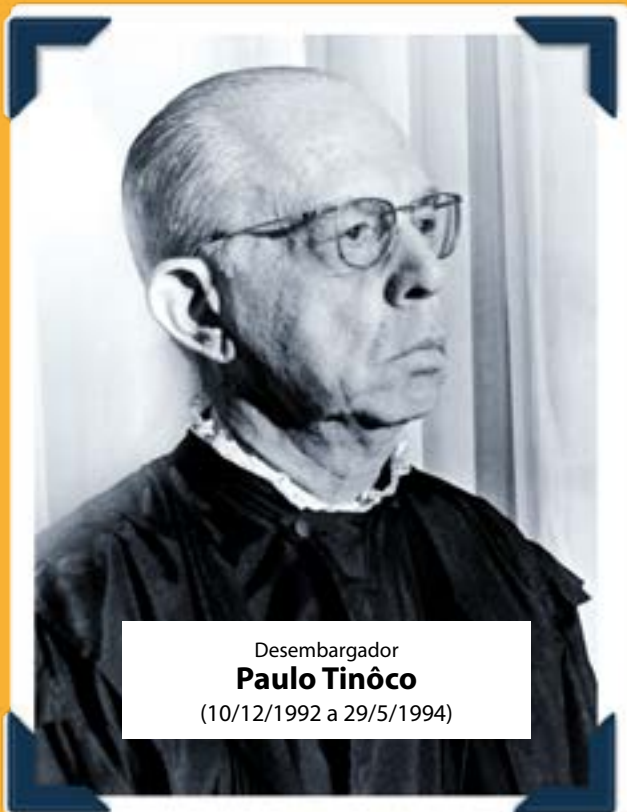


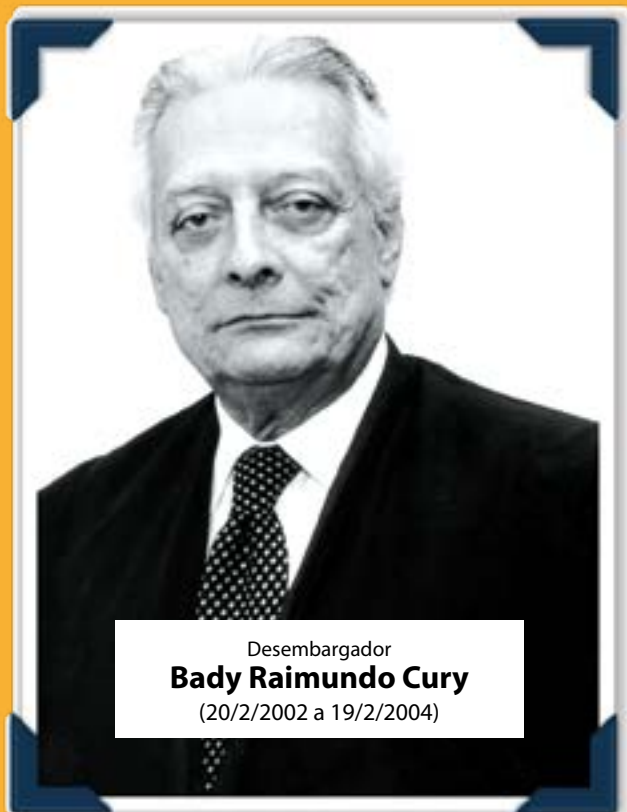
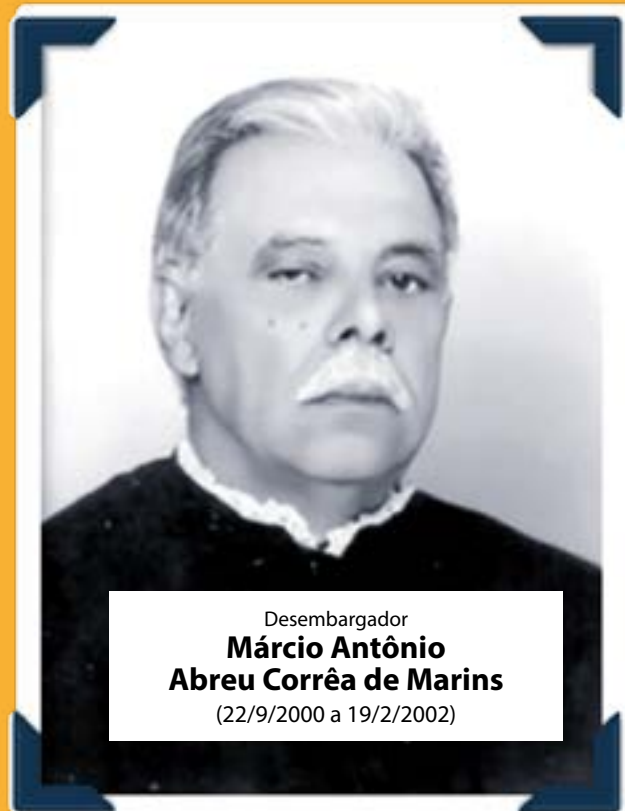
Ricardo Fiuza  
Durante Palestra no 3º Curso de Formação Inicial - 2013

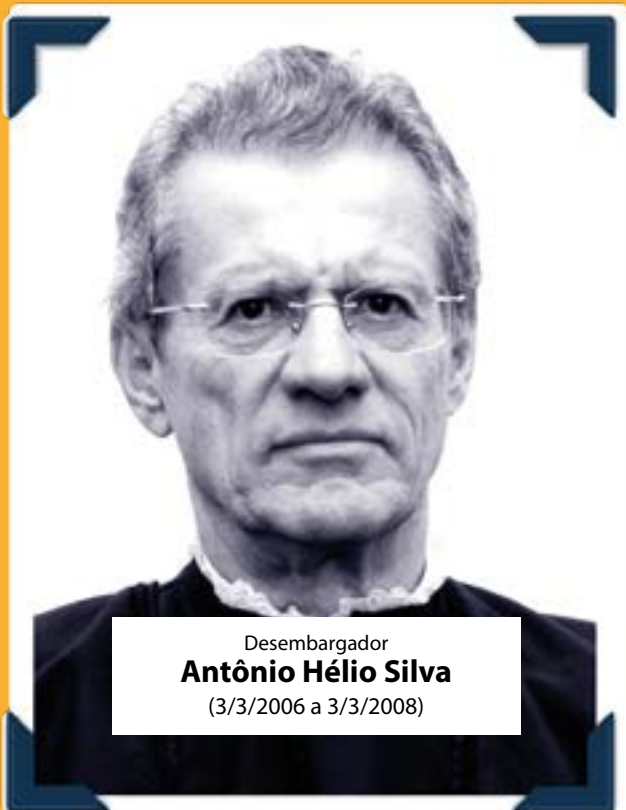


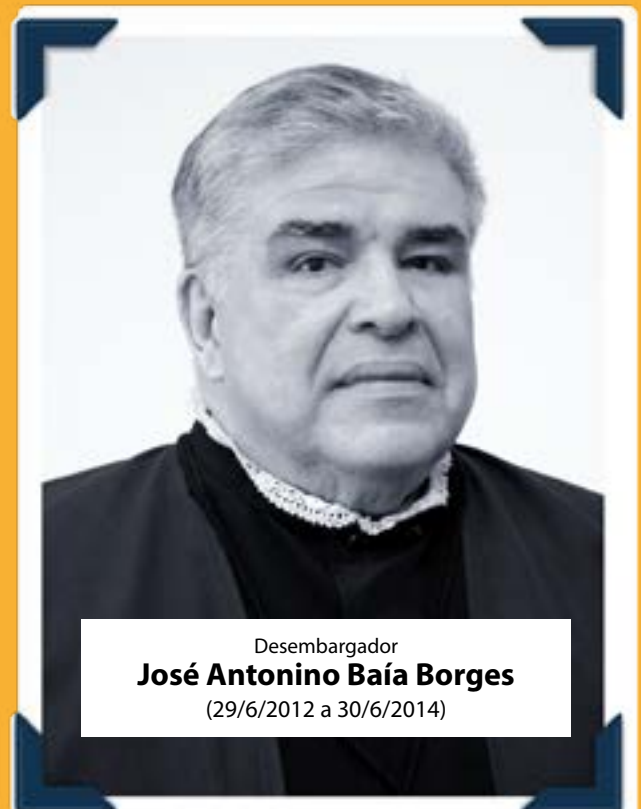
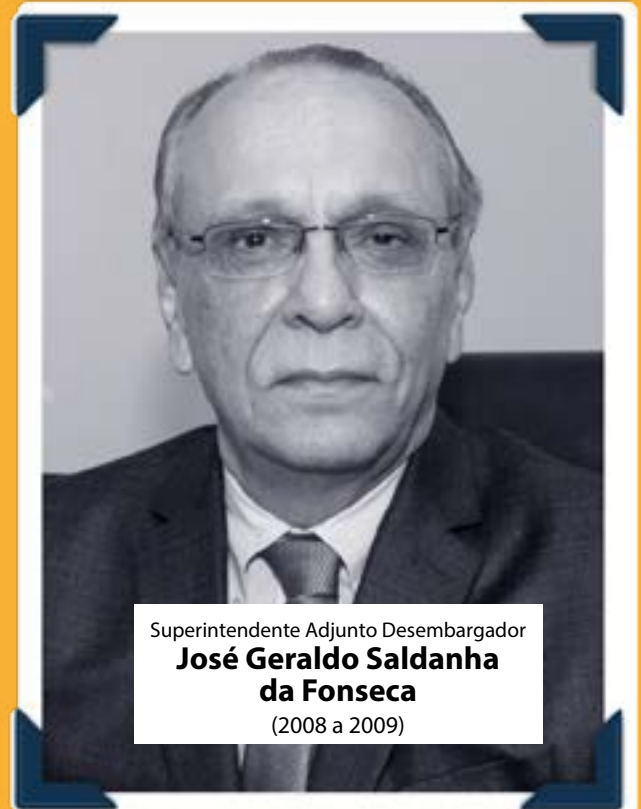
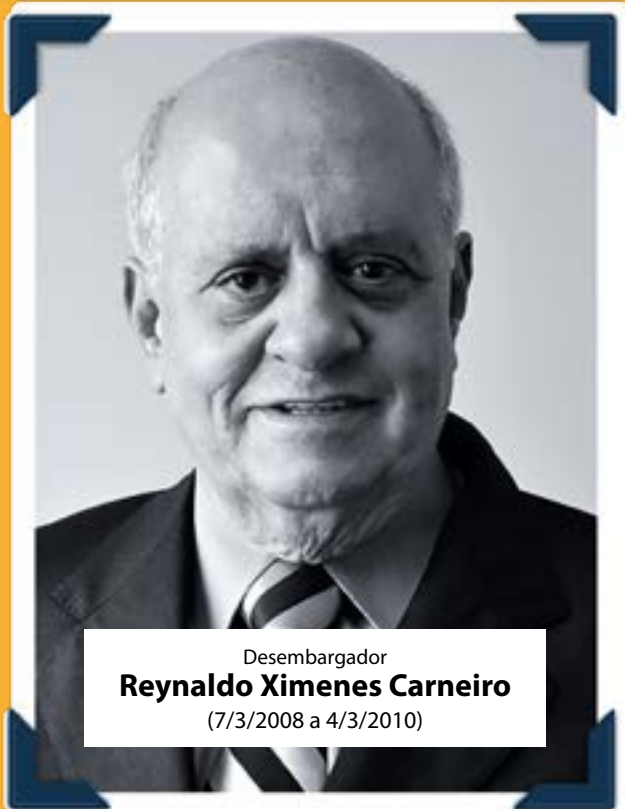


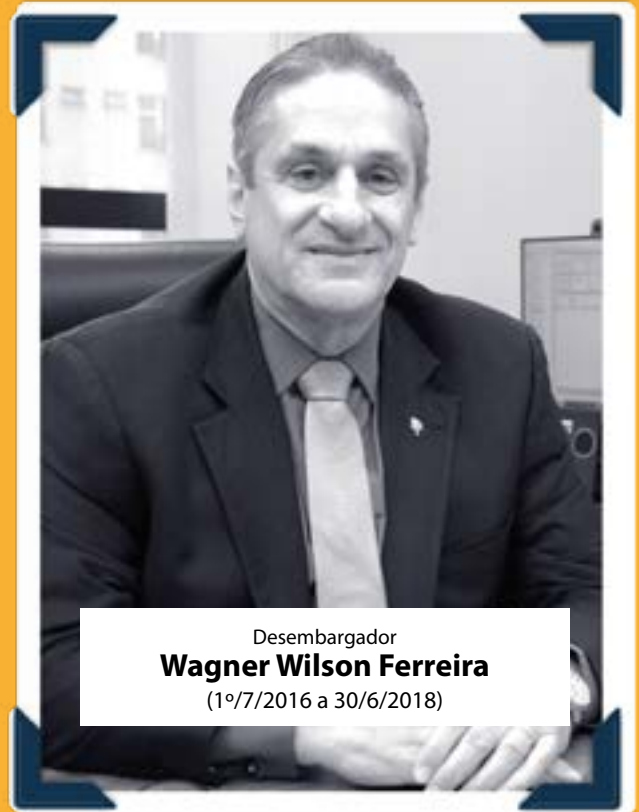
















Desembargador  
**Renato Dresch**  
(1º/7/2022 a 30/6/2024)



Superintendente Adjunta Desembargadora  
**LÍlian Maciel**  
(1º/7/2022 a 30/6/2024)



Sálvio de Figueiredo

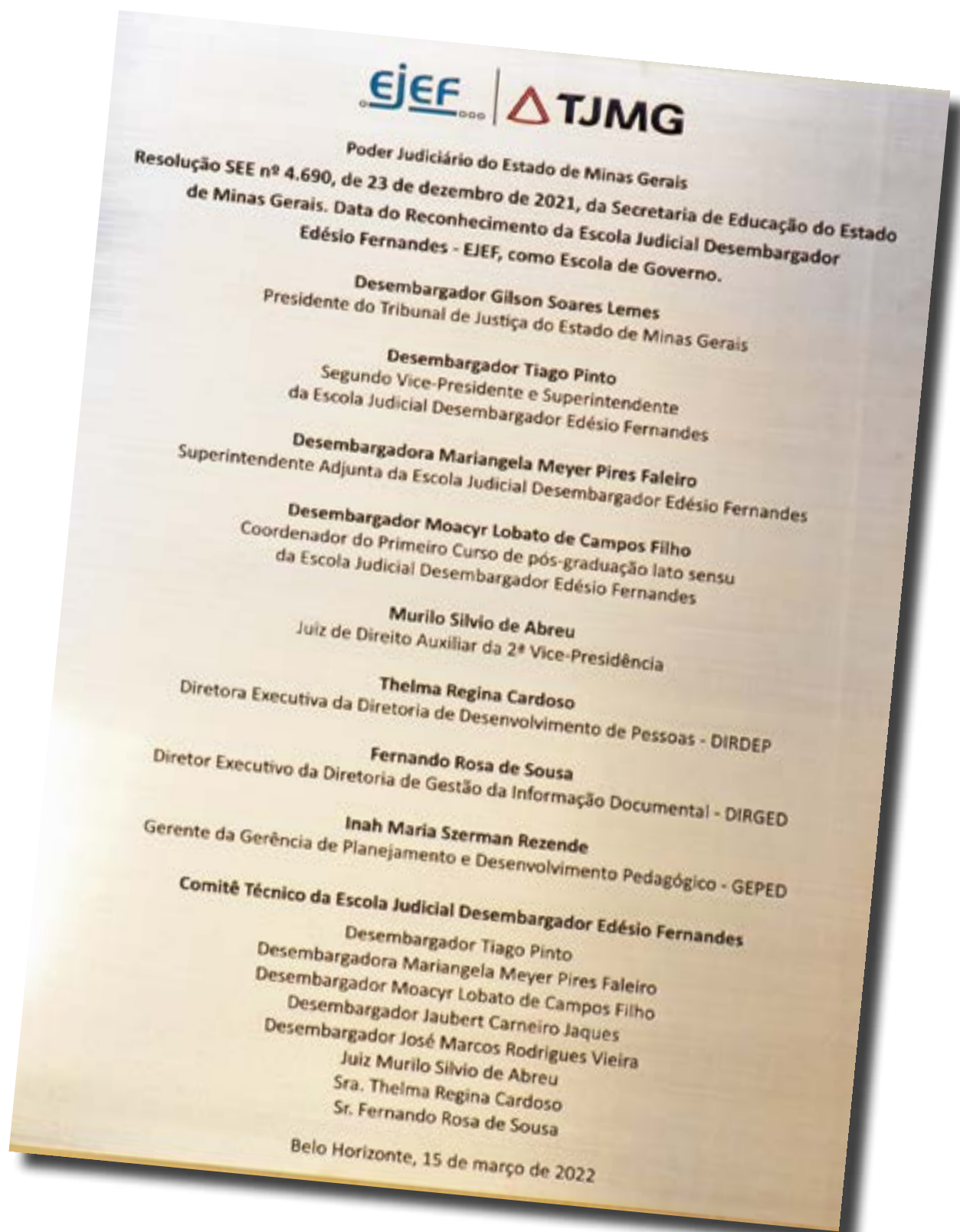




---

**Escola de Governo**

# Escola de Governo





Ex-Presidente do TJMG, Desembargador Gilson Lemes, e o Desembargador Tiago Pinto após descerramento da placa de Escola de Governo da EJEF

Em maio de 2021, por solicitação do então 2º Vice-Presidente e Superintendente da Escola Judicial, Desembargador Tiago Pinto, a Alta Direção, os membros do Comitê Técnico e os diretores da EJEF iniciaram discussões e tratativas com o intuito de obter o credenciamento da Instituição como Escola de Governo. O alinhamento entre pessoas e setores envolvidos foi tal que, já no segundo semestre de 2021, após aprofundados estudos técnicos, a EJEF recebeu visita da Comissão de Avaliação do Conselho Estadual de Educação, instituição ligada ao governo de Minas Gerais.

Três avaliadores realizaram, durante dois dias, diligências no Edifício Mirafiori para conhecer as estruturas física, administrativa e pedagógica da Escola. Ao final, o relatório de avaliação produzido e apresentado pela referida Comissão resultou no credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação da Secretaria de Estado de Educação (CEE/SEE-MG), por meio da Resolução SEE nº 4.690, de 23.12.2021. O Parecer CEE nº 514, de 22.11.2021, avaliou a EJEF com nota cinco, conceito máximo, em todos os eixos examinados: planejamento e avaliação institucional, desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas, políticas de gestão institucional e infraestrutura.

Desde então, a EJEF, como Escola de Governo, ampliou sua capacidade de formação, passando a integrar rol de instituições de ensino técnico-científico voltadas à formação de agentes públicos. No âmbito do sistema de educação formal, está equiparada a instituição de ensino superior e pode estruturar programas de pós-graduação *lato sensu*. Em caráter especial, obteve autorização para ofertar, pelo prazo de cinco anos, o curso de pós-graduação profissional *lato sensu* em Direito Empresarial, com ênfase em falência e recuperação judicial de empresas. Esse curso foi coordenado, à época de sua implantação, pelo Desembargador Moacyr Lobato, então membro do Comitê Técnico da Escola Judicial.

As aulas desse curso iniciaram-se em março de 2022, com preenchimento total das vagas, entre servidores e magistrados. Seu encerramento está previsto para agosto de 2023.

Em 2022, o Desembargador Osvaldo Oliveira Firmo, membro do Comitê Técnico da EJEF, assumiu a coordenação do curso.





# **Reformulações Regulamentar e Organizacional**

# Reformulação Regulamentar Organizacional

Na gestão 2020-2022, em paralelo ao credenciamento como Escola de Governo, houve mudanças na estrutura organizacional e no regulamento da EJEF, com vistas a contemplar necessidades e perspectivas identificadas na atual gestão e nas gestões anteriores. Para formalizá-las, coube à Superintendência da EJEF, com a participação de todas as unidades organizacionais da DIRDEP e da DIRGED, a elaboração da Resolução nº 979, publicada em 17 de novembro de 2021.

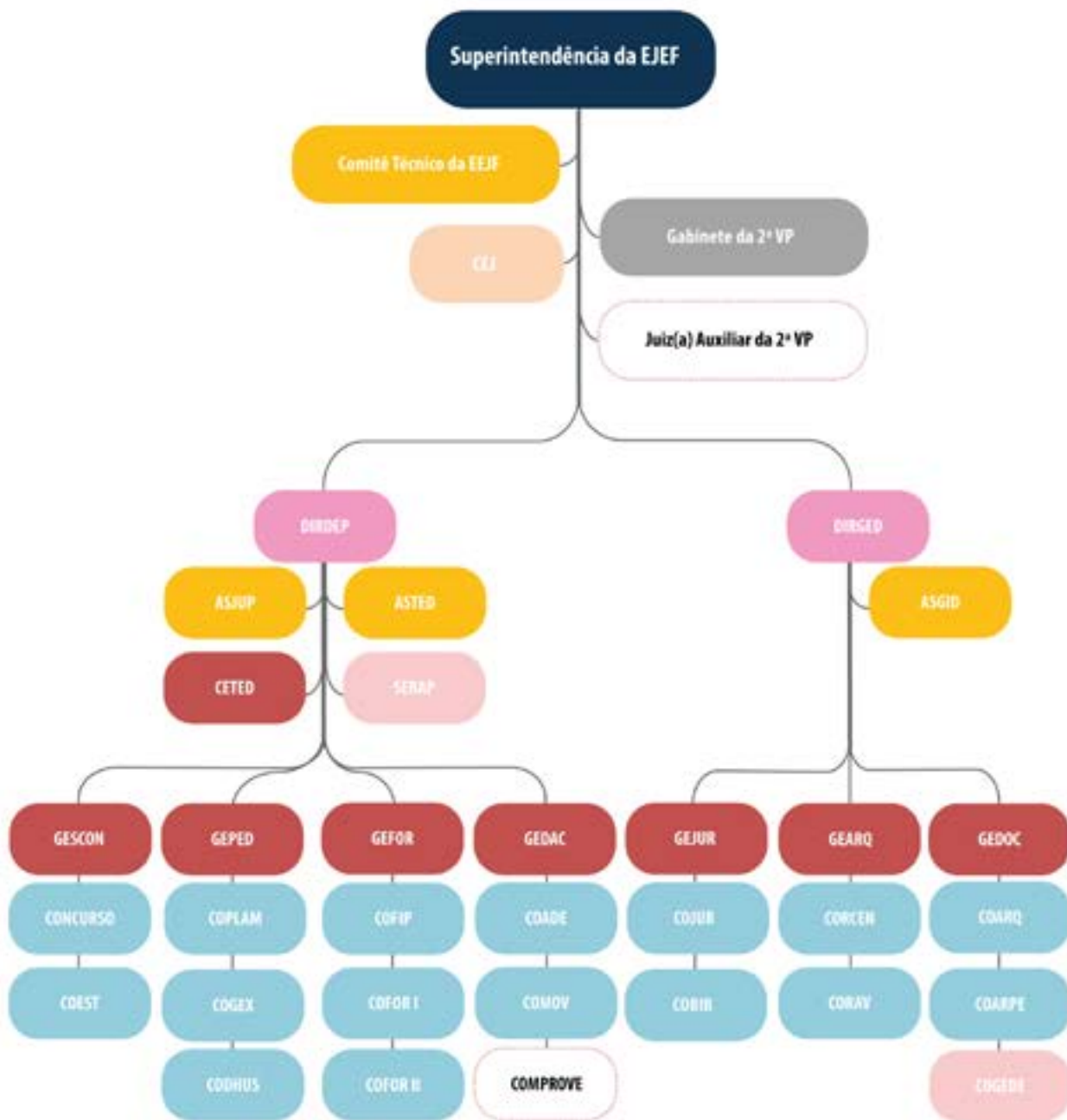
A reestruturação guiou-se pelos seguintes pontos: expansão da área de formação, incluindo programas de pós-graduação e consolidação das unidades de planejamento e desenvolvimento educacional, que não eram oficialmente reconhecidas no organograma da EJEF; e fortalecimento da área voltada à tecnologia. Nesse contexto, destacam-se a criação de mais uma Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Pedagógico, cuja sigla é GEPED; e a transformação da Central de Tecnologia em Centro de Tecnologia e Mídias Digitais - CETED, com ampliação de atribuições, de modo que abrangesse a comunicação institucional da Escola, especialmente nas redes e mídias sociais.

Ademais, o organograma da EJEF foi reorganizado para refletir as mudanças nas atribuições das unidades e os novos fluxos de trabalho.

Com essas mudanças, a Escola Judicial expandiu sua missão, ampliou sua visão, granjeando valores focados no desenvolvimento humano e no fortalecimento institucional.







**Legenda**

- Unidades de assessoramento
- Coordenações
- Unidade de assistência e apoio
- Serviços/Coordenadorias
- Diretorias
- Gências/Centros
- Unidades não constantes de organograma da EJEF previsto na Resolução nº 1978/2021, mas com vinculação prevista em outros normativos do Tribunal







---

# **Missão, Visão, Valores**

# Missão, Visão, Valores



## MISSÃO

Promover a produção, a articulação e a aplicação do conhecimento no âmbito do Poder Judiciário, por meio do desenvolvimento de competências de magistrados, servidores e demais colaboradores, do zelo pela seleção de pessoas por meio de suas competências e pela gestão documental e da informação do TJMG.

## VISÃO

Ser reconhecida como paradigma de Escola de Governo, caracterizada pela eficiência, eficácia e efetividade de suas ações e pela sua contribuição para a realização da justiça e de sua integração à sociedade, de forma a promover a paz social, e para a garantia da eficiência administrativa do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

# VALORES

**Foco no ser humano** – como agente de transformação das organizações e da sociedade. Toda instituição pública só se justifica se melhorar a qualidade de vida da população a que serve.

**Melhoria da qualidade de vida** – dos colaboradores da instituição e da população a que serve.

**Desenvolvimento e valorização** – de magistrados, servidores e demais colaboradores do TJMG, com vistas à otimização dos resultados da instituição e à garantia dos direitos do cidadão-usuário.

**Preservação da informação institucional** – com a aplicação das melhores técnicas de conservação e organização dos documentos, com vistas à construção do conhecimento e à valorização da história institucional.

**Amplo acesso às informações da instituição** – de forma a alcançar a excelência na prestação jurisdicional e garantir a transparência dos trabalhos.

**Difusão do conhecimento institucional** – reconhecendo o seu fim último no atendimento, bem-estar e desenvolvimento da sociedade e na promoção da paz social.

**Cooperação** – por meio da atuação em equipe e do compartilhamento das informações e do conhecimento, com vistas à criação de um ambiente de trabalho harmônico e à otimização dos resultados.

**Inovação e melhoria contínua** – com vistas ao aumento da qualidade dos trabalhos, ao melhor aproveitamento dos recursos e ao desenvolvimento de talentos.

**Responsabilidade socioambiental** – buscando a utilização de metodologias voltadas à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento social.





---

# Núcleos Regionais

# Núcleos Regionais



Desembargador Renato Dresch conversa com alunos da Escola Estadual Professor Rousset, em Sete Lagoas, durante atividade extensiva ao Programa Conhecendo o Judiciário.

*Em 2022, a Alta Direção da EJEF incorporou às atividades das Oficinas Jurídica e Gerencial visitas às unidades de ensino das comarcas sedes dos Núcleos Regionais.*

Com o intuito de descentralizar atividades de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos e levá-las às diversas comarcas do Estado, o TJMG implementou, em 2001, na gestão do Desembargador Sérgio Lellis Santiago, Presidente do TJMG, e do 2º Vice-Presidente, Márcio Antônio Abreu Corrêa de Marins, os chamados Núcleos Regionais de Recursos Humanos na Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais.

Passados quatro anos dessa experiência, por meio da Portaria nº 48, de 29.06.2005, a EJEF, que, a partir de 2002, já se responsabilizava pela formação e capacitação de servidores, instituiu, na gestão do Desembargador Sérgio Antônio de Rezende, 2º Vice-Presidente do TJMG, Superintendente da Escola Judicial, Núcleos Regionais para promover a integração, a capacitação e a formação inicial e permanente de magistrados e servidores da

Justiça de 1ª Instância do Estado de Minas Gerais, facilitando, dessa forma, o acesso e a interiorização dos programas de integração, capacitação e formação desenvolvidos pela Escola Judicial.

A Coordenação dos Núcleos Regionais da EJEF, no interior do Estado, é de responsabilidade de juiz de direito atuante na comarca-sede, designado pelo 2º Vice-Presidente do TJMG, mediante portaria. O Coordenador do Núcleo Regional indica um servidor, nos termos do perfil traçado pela EJEF, para auxiliá-lo na coordenação do Núcleo, sob aprovação do Superintendente da Escola Judicial.

Os Núcleos Regionais são dotados de estruturas física e tecnológica, instaladas no Fórum da comarca sede.



Desembargadora Lílian Maciel esclarece dúvidas dos estudantes sobre o funcionamento do Poder Judiciário.

Para atender as 296 comarcas do Estado, até julho de 2023, a EJEF propicia aos magistrados e servidores de todo o Estado melhor acesso e participação nos programas de formação inicial e permanente e outras atividades da instituição por meio de seus 24 polos, com as sedes e respectivas comarcas integrantes:

1 - Capital: Belo Horizonte.

2 - Região Metropolitana – Comarca-Sede: Contagem, Barão de Cocais, Betim, Bonfim, Brumadinho, Caeté, Ibirité, Igarapé, Juatuba, Lagoa Santa, Mateus Leme, Nova Lima, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Bárbara, Santa Luzia e Vespasiano.

3 - Alfenas: Areado, Campos Gerais, Machado, Monte Belo, Paraguaçu e Poço Fundo.

4 - Conselheiro Lafaiete: Alto Rio Doce, Belo Vale, Carandaí, Congonhas, Entre Rios de Minas, Itabirito, Mariana, Ouro Branco, Ouro Preto, Piranga, Prados, Resende Costa, São João Del-Rei e Senador Firmino.

5 - Diamantina: Conceição do Mato Dentro, Corinto, Curvelo, Itamarandiba, Minas Novas, Rio Vermelho, Sabinópolis, Serro e Turmalina.

6 - Divinópolis: Abaeté, Arcos, Bambuí, Bom Despacho, Candeias, Carmo do Cajuru, Carmo da Mata, Carmópolis de Minas, Cláudio, Dores do Indaiá, Formiga, Iguatama, Itaguara, Itapeçerica, Itaúna, Lagoa da Prata, Luz, Martinho Campos, Morada Nova de Minas, Nova Serrana, Oliveira, Pará de Minas, Passa Tempo, Pitangui, Pompéu e Santo Antônio do Monte.



Alta Direção do TJMG reunida com magistrados do Núcleo Regional de Sete Lagoas criado em 2022.

7 - Governador Valadares: Aimorés, Conselheiro Pena, Galiléia, Itanhomi, Mantena, Peçanha, Resplendor, São João Evangelista, Tarumirim e Virginópolis.

8 - Ipatinga: Açucena, Alvinópolis, Caratinga, Coronel Fabriciano, Ferros, Guanhões, Inhapim, Itabira, João Monlevade, Mesquita, Nova Era, Rio Piracicaba, São Domingos do Prata e Timóteo.

9 - Janaúba: Espinosa, Jaíba, Manga, Montalvânia, Monte Azul, Porteirinha, Rio Pardo de Minas, Salinas, São João do Paraíso e Taiobeiras.

10 - Juiz de Fora: Além Paraíba, Andrelândia, Barbacena, Barroso, Bicas, Guarani, Lima Duarte, Mar de Espanha, Matias Barbosa, Mercês, Rio Novo, Rio Pomba, Rio Preto, Santos Dumont, São João Nepomuceno e Ubá.

11 - Manhuaçu: Abre Campo, Carangola, Divino, Espera Feliz, Ipanema, Jequeri, Lajinha, Manhumirim, Mutum, Ponte Nova, Raul Soares e Rio Casca.

12 - Montes Claros: Bocaiúva, Brasília de Minas, Buenópolis, Coração de Jesus, Francisco Sá, Grão Mogol, Januária, Pirapora, São Francisco, São João da Ponte, São Romão e Várzea da Palma.



13 - Muriaé: Cataguases, Ervália, Eugenópolis, Leopoldina, Miradouro, Mirai, Palma, Pirapetinga, Teixeiras, Tombos, Viçosa e Visconde do Rio Branco.

14 - Paracatu: Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, João Pinheiro, Unai e Vazante.

15 - Passos: Alpinópolis, Carmo do Rio Claro, Cássia, Guapé, Ibiraci, Itamogi, Jacuí, Monte Santo de Minas, Nova Resende, Piumhi, Pratápolis, São Roque de Minas e São Sebastião do Paraíso.

16 - Patos de Minas: Campos Altos, Carmo do Paranaíba, Coromandel, Ibiá, Patrocínio, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, São Gotardo, Tiros e Três Marias.

17 - Poços de Caldas: Andradas, Areado, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Guaranésia, Guaxupé, Jacutinga, Monte Belo, Muzambinho e Santa Rita de Caldas.

18 - Pouso Alegre: Borda da Mata, Brasópolis, Bueno Brandão, Cachoeira de Minas, Camanducaia, Cambuí, Carmo de Minas, Cristina, Extrema, Itajubá, Itamonte, Itanhandu, Lambari, Machado, Monte Sião, Natércia, Ouro Fino, Paraisópolis, Passa Quatro, Pedralva, Poço Fundo, Santa Rita do Sapucaí, São Gonçalo do Sapucaí e Silvianópolis.

19 - São João Del-Rei: Conceição da Barra de Minas, Tiradentes, Lagoa Dourada, Nazareno, Ritápolis, Santa Cruz de Minas e São Tiago.

20 - Sete Lagoas: Esmeraldas, Jaboticatubas, Matozinhos, Paraopeba, Pedro Leopoldo e Pompéu.

21 - Teófilo Otoni: Águas Formosas, Almenara, Araçuaí, Capelinha, Carlos Chagas, Itambacuri, Jacinto, Jequitinhonha, Malacacheta, Medina, Nanuque, Novo Cruzeiro, Pedra Azul e Santa Maria do Suaçuí.

22 - Uberaba: Araxá, Conceição das Alagoas, Conquista, Frutal, Itapagipe, Perdizes e Sacramento.

23 - Uberlândia: Araguari, Campina Verde, Canápolis, Capinópolis, Estrela do Sul, Ituiutaba, Iturama, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Prata, Santa Vitória e Tupaciguara.

24 - Varginha: Aiuruoca, Alfenas, Baependi, Boa Esperança, Bom Sucesso, Cambuquira, Campanha, Campo Belo, Campos Gerais, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Cruzília, Elói Mendes, Itumirim, Lavras, Nepomuceno, Paraguaçu, Perdões, São Lourenço, Três Corações e Três Pontas.





# Depoimentos

# Depoimentos



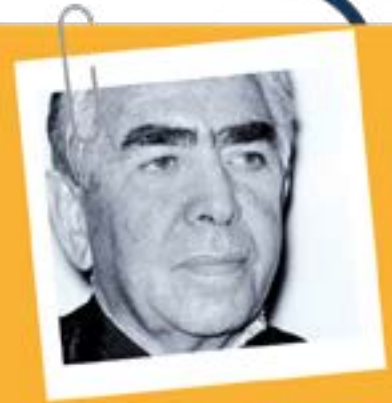
Edésio Fernandes e Ricardo Fiuza

“

Em primeiro lugar, eu quero falar do meu respeito pelo patrono da Escola, que foi, originariamente, o Desembargador Edésio Fernandes. Foi, talvez, o homem mais importante do Tribunal na sua época, não apenas pela sua cultura, mas sobretudo pela sua humanidade.

Edésio Fernandes foi um homem fiel à sua humanidade, ele não foi maior ou menor do que muitos outros colegas de sua época, mas nenhum o excedeu na sua humanidade. Gostaria, então, primeiramente, de dizer da minha alegria de voltar a essa Escola por onde nós todos passamos, onde todos aprendemos, alguns ensinaram, mas a Escola a todos superou no tempo, fazendo a sua história.

A palavra que eu usaria é esperança, pois foi ela, sem a menor dúvida, que, com o nome do seu patrono, trouxe para a Escola um horizonte imenso: de mudanças, de alterações, de correções de rumos. Nós todos que passamos pela Escola deixamos alguma coisa que deve ter valido a pena. Alguns, como Edésio Fernandes, deixou muito mais, e, ao meu ver, o que caracteriza a Escola é a esperança de dias melhores, de dias seguros, de dias de renovação, de rejuvenescimento, porque, ou nós nos renovamos, ou envelhecemos antecipadamente.



**José Fernandes Filho**  
Desembargador

”

Por feliz iniciativa do Desembargador Edésio Fernandes, criou-se a Escola Judicial, com o objetivo da formação inicial dos juizes e constante instrução dos magistrados.

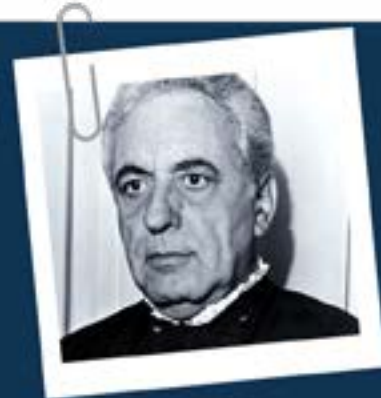
No passado, o ingressante na carreira, tão logo aprovado no concurso, partia para as comarcas, sem nenhuma formação específica, restando-lhe apenas aprender com o exercício do nobre cargo.

Logo que tive a fortuna de ser eleito o 2º Vice-Presidente do Tribunal, veio-me o ensejo de preparar os novos juizes, assim como reciclar os magistrados, com isso, ganhando-se em qualidade e, conseqüentemente, engrandecendo a atividade jurisdicional.

Para o exercício da função, levei as observações adquiridas ao longo do tempo. Ainda jovem, exerci o cargo de Escrevente, lotado na 4ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte, trabalhando com o insigne Juiz Carlindo Alvarenga Mayrink, que muito me ensinou, tanto da judicatura, como da língua portuguesa, já que desta era mestre conspícuo.

Mais tarde, transferido para a 2ª Vara de Fazenda Pública, trabalhei com o notável Edésio Fernandes, até findar o curso de Direito. No exercício da advocacia, muito observei a atuação de insignes magistrados.

Ao assumir a direção da Escola Judicial, levei aquilo que aprendera e observara. Imediatamente, reformulei o curso de formação inicial, objetivando precisa e sólida formação dos novos magistrados. A meta



**Lúcio Urbano**  
Desembargador

consistia em alcançar a formação dos novos juizes.

Assim, busquei formação em aulas práticas de Processo Civil e Penal, além de Perícia Criminal, Medicina Legal, Contabilidade e Perícia Judicial, com o propósito de que os novos magistrados soubessem bem examinar os laudos, dando segura decisão. Ao lado disso, ensinava o relacionamento do juiz com autoridades locais, polícia e servidores do foro.

Muito importante, realizava espécie de "mesa redonda" com a participação de experientes magistrados, que narravam casos especiais e, sobretudo, a solução dada, de tal modo que o novo juiz tivesse exemplo para solucionar conflitos.

Também colocava os novos juizes para estagiarem com experientes e distintos magistrados, especialmente no Tribunal do Júri, de tal arte que eles iam para as

Comarcas com boa experiência para decidir e presidir audiências. O resultado, sem detença de dúvida, veio a acontecer. Ingressei na magistratura com o firme propósito de contribuir com a integral e indispensável qualificação dos juízes.

Na Escola Judicial, mostrava que o magistrado precisa reunir qualidades fundamentais: dinamismo na prestação jurisdicional, integridade, exemplar conduta dentro e fora da atividade, com que se ganha respeitabilidade e engrandece o Judiciário.

Quando me ensejou a oportunidade de superintender a "Memória", logo criei uma estante com livros dos juízes mineiros, jurídicos e literários. Hoje, são 413 obras, 138 juízes autores.

A propósito, menciono magistrados mineiros autores de obras jurídicas: Carvalho Santos, Hermenegildo de Barros, Amilcar de Castro, Costa Loures, Ronaldo Cunha Campos, Humberto Teodoro, Hernani Fidelis, José Marcos Vieira, Kildare Gonçalves, Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto.

No campo literário, Tomás Gonzaga, Alphonsus Guimarães, Cândido Martins, Oliveira Junior, Hélio Armond, Werneck Cortes, Augusto José Vieira Neto, Tibagi Sales Oliveira, João Quintino, Lúcio Urbano, Renato Zupo, Gutemberg Mota e Silva, Rogério Medeiros Garcia, Geraldo Correa de Almeida.

E os magistrados Cândido Martins, Hélio Werneck e José Fernandes Filho pertencem à Academia Mineira de Letras.

Ensejou-me, na "Memória", lançar três obras em benefício do Judiciário: *Comarcas de Minas*, três volumes, 1.800 páginas, mencionando-se todos os juízes que judicaram nelas.

Ainda lancei duas obras: *Síntese histórica do Tribunal de Justiça* e a biografia dos Presidentes da Corte Mineira. Tudo com o objetivo de mostrar a grandeza e a tradição do Judiciário.

A magistratura mineira, sem detença de qualquer dúvida, constitui sólida instituição, edificada por juízes altamente qualificados, que honram e constroem tradições mineiras.

Logo que assumi a presidência do Tribunal, criei o programa: "Conhecendo o Judiciário", com duplo objetivo: mostrar o Judiciário e conquistar a admiração do povo. Dezenas de palestras foram ministradas em escolas, confederações e imprensa.

Fiz o que pude, façam melhor os que puderem.



Dentre tantas gratas e inesperadas surpresas com que costuma presentear a vida, concedeu-nos a História, ou, quem sabe, o Destino, a felicidade e a honra de, entre março de 2006 a março de 2008, colocar-nos ao lado de uma valorosa, singular e competente equipe de magistrados, servidores e colaboradores, para, juntos, conduzirmos os trabalhos da já então reconhecida e prestigiada Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEF, na realização da sua missão. Missão essa que, como a de todas as escolas e de todos os educadores, constitui-se uma das maiores e mais nobres atividades humanas: a de servir de instrumento de construção, busca, desenvolvimento e compartilhamento do conhecimento e contribuir para a mudança e a evolução das pessoas e da sociedade.

Aquele período foi peculiar na história do Judiciário do Estado de Minas Gerais, em especial pela integração do então Tribunal de Alçada ao Tribunal de Justiça, que se efetivava naquele momento, em decorrência da Emenda Constitucional nº 45/2004, da Emenda à Constituição Estadual nº 63/2004 e da Lei Complementar Estadual nº 85/2005.

A unificação dos Tribunais, com a consequente incorporação de todo o pessoal do Tribunal de Alçada ao Tribunal de Justiça, constitui-se uma importante e significativa mudança na realidade do Judiciário Mineiro, que trouxe consigo grandes desafios para todo o jurisdicionado, mas, sobretudo, para a Direção do Tribunal, tendo a EJEF, na ocasião, exercido um papel de destaque e de liderança para que o alcance desse objetivo se desse de maneira efetiva, mas, ao mesmo tempo, natural e sem traumas, minimizando-se ansiedades e eventuais contratempos próprios de situações novas que surgem das grandes mudanças.

Merece especial destaque a atuação da EJEF, na época, para a consolidação da cultura da conciliação e a formação de conciliadores para atuação nos Juizados Especiais, nos Juizados de Conciliação e nos demais programas implantados do Tribunal.

Nesse contexto, é que foi editada a Resolução nº 521,



**Antônio Hélio Silva**  
Desembargador

de janeiro de 2007, de reestruturação da EJEF, que, a partir de então, passou a contar com duas Diretorias Executivas: uma responsável pelo Desenvolvimento de Pessoas (DIRDEP), e a outra pela Gestão Documental (DIRGED). A citada resolução permaneceu em vigor por mais de uma década, tendo sido revogada apenas recentemente, pela Resolução nº 979/2021, o que demonstra o acerto das alterações promovidas naquela época.

O período foi marcado, também, pela comemoração, em 2007, dos 30 anos da EJEF, que contou com a publicação do livro *EJEF: três décadas de história*, o qual resgatou e registrou alguns dos importantes momentos da rica e consagrada memória dessa (já naquele tempo) tão prestigiada escola e tão querida por todos que tiveram o privilégio de ali passar e, de alguma forma, contribuir para sua história e dela fazer parte.

Naquela ocasião, registramos que se plantavam as sementes para os próximos 30 anos. Hoje, 15 desses “antigos futuros” anos já passaram, somando-se aos demais como motivo de muito orgulho e exemplo de compromisso e de excelência.

Participar da comemoração daqueles 30 anos foi uma grande e indescritível honra, à qual se soma, agora, a distinção de, novamente, poder expressar essas singelas, mas sinceras, palavras em homenagem à nossa sempre querida EJEF.

A Escola Judicial Edésio Fernandes, a primeira escola oficial da magistratura, criada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, faz 45 anos.

Fui membro da Turma de Juízes do Concurso de 1976, a primeira a ingressar na magistratura mineira, após se submeter a um seminário de orientação aos aprovados no concurso. Infelizmente não participei desse encontro, por estar exercendo cargo público, que me impedia de fazê-lo, mas menciono para indicar que, a partir daí, houve um aprimoramento na orientação aos novos juízes, hoje com uma carga horária significativa.

Diante da concisão que se deve ter, segundo a orientação dos idealizadores da comemoração, permito-me registrar que a EJEF é obra de toda a magistratura, mas foi idealizada por um grupo de magistrados, entre os quais se sobressaíram o Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira e os Desembargadores Régulo da Cunha Peixoto e Sérgio Lellis Santiago, o primeiro e o último Juízes de Direito, à época, o segundo, Desembargador, acolitados pelo servidor professor Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza, que tiveram o apoio do então Presidente do nosso Tribunal, Edésio Fernandes, que acolheu a ideia e a



*in memoriam*

**Reynaldo Ximenes Carneiro**

Desembargador

materializou, inserindo-a na Lei Orgânica da Magistratura, editada por Resolução do TJMG.

Registre-se que, graças ao êxito da EJEF, o Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira teve ensejo de ser Diretor da Escola Nacional da Magistratura, da AMB, e, quando empossado, organizou-a e a fez prestigiada no país e no mundo, firmando convênios e ministrando cursos para o Judiciário de vários países. É por isso que, com o prestígio da magistratura mineira, o nosso líder, o Desembargador Nélson Missias de Moraes, um dos mais brilhantes juízes do nosso Estado, que participou e participa do quadro docente da EJEF e, nesta escola, fez o curso de ingresso, foi nomeado para a ENM, pela atual Diretoria da AMB.

No biênio 2010-2012, a EJEF, sob a minha superintendência, investiu em diversas iniciativas para aprimorar a gestão da informação e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

A Escola Judicial do TJMG se destacou pela qualidade das ações, como a realização de concursos, capacitação de servidores, realização de cursos e seminários com ênfase na disseminação de alternativas para solução consensual de conflitos. Além disso, houve esforços para preservação da memória da Escola e ações para melhoria do clima organizacional.

No âmbito da gestão da informação, investimos em ferramentas como o *Boletim de Jurisprudência*, os *Cadernos EJEF*, a *Revista Responsabilidades*, o acervo "Corte Superior" e o Banco de Sentenças. A gestão da documentação judicial e administrativa também foi aprimorada com a implantação do primeiro sistema eletrônico de gestão documental, o Sistema de Informação da Gestão Eletrônica de Documentos - SIGED.

O objetivo dessas medidas foi otimizar o acesso à informação técnico-jurídica atualizada e melhorar a gestão da



**Joaquim Herculano Rodrigues**

Desembargador

documentação judicial e administrativa, visando a subsidiar as decisões produzidas no TJMG, de forma a atender eficientemente as demandas da sociedade, sempre pautados na técnica jurídica, característica notável da EJEF desde a sua gênese.

Finalizando, duas iniciativas devem ser enfatizadas: a criação da bandeira e do hino do Judiciário, nas quais houve nomeação de comissões para o alcance dos resultados desses projetos.

A EJEF, Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (justa homenagem a um grande e nunca esquecido magistrado mineiro), primeira Escola Judicial Oficial do Brasil, a confirmar seu indesmentível pioneirismo, está prestes a completar 45 anos, em 2022. A data merece e deve ser comemorada, tal a evolução e o alcance de suas atividades, já há algum tempo não mais restritas apenas e tão só, como outrora, ao âmbito do nosso Judiciário.

De fato, desde sua criação, em 1977, para a época uma quase ousadia, que hoje pode parecer até tímida, é certo que nossa EJEF nunca deixou de evoluir e de crescer, motivo de justo orgulho para os magistrados de Minas.

São muitos os seminários, os encontros locais e regionais de magistrados, as palestras de temática preferencialmente, mas não apenas, jurídica, a realização de concursos para ingresso na Magistratura e nos quadros do Judiciário, na admissão de estagiários, enfim, uma pletera, um nunca acabar de atividades que se faz impossível especificar aqui.



**José Antonino Baía Borges**  
Desembargador

Hoje, uma Escola de Governo, anseio recentemente concretizado na gestão do Desembargador Tiago Pinto, a EJEF seguirá seu caminho, sem volta, de aprimoramento e permanente inovação.

Parabéns à aniversariante, mais jovem quanto mais o tempo passa.



Entre os anos de 2014 e 2016, tivemos a honra de ocupar a direção da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, a EJEF.

Recordo-me daquele período, em que, a partir das balizas e orientações fixadas pelo Plano Educacional produzido à época, foram construídos projetos e iniciativas visando à melhor estruturação e consolidação das diretrizes de desenvolvimento profissional do Poder Judiciário mineiro.

Dentre os de maior relevo, destacam-se o início da capacitação para implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJE no Judiciário Mineiro, o fortalecimento dos Núcleos Regionais da EJEF, o Plano de Eliminação Documental, a modernização da gestão do Arquivo do Tribunal de Justiça de Minas, os Programas de Educação Permanente, Gestão por Competências e Preparação para Aposentadoria, além da organização do 12º Curso de Formação Inicial para Juizes de Direito Substitutos.

Ressalto, em especial, os trabalhos realizados referentes aos estudos do novo Código de Processo Civil, em vigor a partir de 18 de março de 2016.

O novo diploma processual, que trouxe grandes implicações para todo o país, bem como consideráveis mudanças na vida dos cidadãos, em especial, dos operadores do Direito, foi objeto de estudos regulares da Escola Judicial, compreendendo palestras proferidas por grandes processualistas, cursos regulares por todo o Estado, além de espaço especial no sítio eletrônico da EJEF.

Essa iniciativa, motivo de orgulho para todos nós, e pioneira em diversos aspectos, materializou, verdadeiramente, a missão institucional da EJEF,



**Kildare Gonçalves Carvalho**  
Desembargador

isto é, a formação e desenvolvimento contínuo dos magistrados, servidores e colaboradores do Poder Judiciário.

Por certo, todas as realizações havidas no período não seriam possíveis sem o ininterrupto trabalho realizado por toda a equipe da Escola Judicial, a quem, sempre que posso, registro os meus agradecimentos, em especial, aos Desembargadores Saldanha da Fonseca e Tiago Pinto, ao Juiz de Direito Luiz Carlos Rezende e Santos e aos servidores André Borges Ribeiro e Mileny Reis Vilela Lisboa, representando todos os demais membros daquela operosa e compromissada equipe.

Graças aos Magistrados e Servidores do Poder Judiciário atuantes na Escola, não só de nossa gestão, mas de todas as anteriores e posteriores, a EJEF chega aos seus 45 anos, cada vez mais forte e representativa.

Parabenizo o Desembargador Renato Dresch, 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Superintendente da EJEF, pela iniciativa, e por seguir fazendo da Escola um verdadeiro arquétipo de vanguarda.



Muito me orgulha fazer parte da história da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF, na qualidade de Superintendente no biênio 2016-2018, à frente de uma gestão cujo escopo foi a formação humano-social de servidores e, sobretudo, de magistrados. Nossa singela contribuição na construção e na evolução da Escola se pautou na máxima de que o bom juiz — para além da técnica jurídica — deve compreender as mazelas humanas, cômico da relevância de suas funções na manutenção da paz social, na defesa inegociável do Estado Democrático de Direito e na tutela inarredável da dignidade da pessoa humana.

Ao longo de seus 45 anos de existência, a EJEF foi construída pelo trabalho de valorosos magistrados e servidores, evoluindo no desempenho de sua missão constitucional de formar e aperfeiçoar, constantemente, juizes e auxiliares capazes



**Wagner Wilson Ferreira**  
Desembargador

de distribuir justiça comutativa e distributiva. Por essa razão, a Escola Judicial é — e sempre será — essencial e indispensável na qualificação técnica e humano-social dos agentes que atuam em nome do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, solucionando conflitos e garantindo a paz social.



Instituída em 1977, a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF foi pioneira desde a sua criação. Idealizada por um juiz visionário, que fez da qualificação dos magistrados uma de suas principais bandeiras — o Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira —, a EJEF foi a primeira escola judicial vinculada a um tribunal de justiça no País.

A sua história confunde-se com a história da própria educação judicial no Brasil, que, da mesma forma, também se originou dos esforços e da dedicação desse mineiro extraordinário, nascido em Pedra Azul, no vale do Rio Jequitinhonha, que ingressou aos 27 anos nos quadros do TJMG como Juiz de Direito, e, já na década de 70, percebeu a necessidade do Judiciário de se transformar, se modernizar, se aparelhar, se tornar mais ágil, eficaz e eficiente. E o primeiro passo, nessa tarefa, consistia em investir no ser humano, notadamente naquele a quem o Estado confia a missão de julgar e realizar a Justiça.

“Somente com juízes bem recrutados, vocacionados e altamente qualificados e preparados — dizia o Ministro —, poderemos contar com o Judiciário com o qual todos nós sonhamos, hábil para responder aos reclamos do mundo em que vivemos e para viabilizar as expectativas do amanhã.”

Suas palavras permanecem atuais.

Transcorridos 45 anos, a Escola de hoje prossegue em sua caminhada norteada



**Áurea Maria Brasil  
Santos Perez**  
Desembargadora

pelos mesmos pensamentos e aspirações de seu idealizador, ela própria, nesse percurso, crescendo e se transformando.

A EJEF trouxe mudanças significativas, como a implementação dos cursos de formação inicial para magistrados, plantando, já na década de 90, a semente da valorização do aperfeiçoamento contínuo. A formação de servidores foi outro marco nas salas de aula, buscando elevar a prestação dos serviços judiciários à excelência.

A criação dos Núcleos Regionais da EJEF e todos os esforços que se seguiram e se seguem, ainda hoje, para que a Escola esteja próxima e possa atender às reais necessidades de seu público, em um estado tão vasto e diverso culturalmente, são também um destaque na construção dessa história. Como primeira mulher a ocupar a Superintendência da EJEF, não poderia deixar de mencionar, ainda, a abertura

de espaço para o diálogo e a reflexão sobre a participação feminina no Poder Judiciário, através de encontros e seminários que passaram a congregam não apenas magistradas e servidoras, mas todo o público interessado. Enfim, atenta às mudanças sociais, a nossa Escola permaneceu abrindo espaços para o debate das mais diversas questões que chegam ao Judiciário, cuidando da inclusão, da sustentabilidade e favorecendo a nova cultura no TJMG, que agregou a tecnologia no nosso fazer diário.

A EJEF de hoje passou a abarcar, também, a gestão documental e da informação do TJMG, tendo assumido, dentre inúmeras outras atribuições, a guarda e eliminação do acervo de documentos judiciais e administrativos; desempenhando valioso trabalho na organização e preservação dos processos históricos recolhidos das comarcas do Estado; responsabilizando-se pelas publicações técnicas, editando livros e ofertando obras, em suas bibliotecas física e digital, que abrangem as principais editoras jurídicas do país.

São grandes e vários, no entanto, a despeito do caminho já percorrido e das valiosas conquistas da EJEF, os desafios da atualidade no campo da formação judicial. Promover o desenvolvimento integral do juiz, rumo ao aprimoramento de atributos humanos aliados ao conhecimento técnico, é um deles. Constitui tarefa imprescindível,

pois, hoje, mais do que nunca, se exigem do magistrado habilidades que vão muito além do conhecimento jurídico.

A EJEF de hoje não se descarta desse importante desafio. Seguindo os ideários de sua criação, registra, dentre seus valores institucionais, o “foco no ser humano — como agente de transformação das organizações e da sociedade” e que “toda instituição pública só se justifica se melhorar a qualidade de vida da população a que serve”.

Prossegue, com o engajamento de todas as pessoas que a compõem e que no passado a integraram, empenhando-se para ser não apenas espaço de aprendizagem, mas de chamado, despertando o melhor que habita em cada pessoa.

Ciosa de que é no âmbito das ações educativas e reflexivas, em ambiente de liberdade e de acolhimento, que poderemos fazer aflorar os sonhos, encorajar os voos e avançar, como efetivo instrumento de transformação e aprimoramento da realidade em que estamos inseridos.



É fruto de convite esta participação comemorativa do aniversário da EJEF. O tema "A EJEF, hoje" tem conteúdo denso, mas alcance longo, que revolve opinião pessoal. As instruções recebidas para confecção do artigo têm aspectos denotativos e dizem respeito à gestão do período 2020/2022, é dizer da experiência adquirida no período exercido na direção da Escola, seu registro histórico.

Penso ser interessante relatar a experiência vivida na direção e, sem proselitismo, relatar o que foi realizado, para então concluir.

*Sub scaena* da covid 19, no seu auge, iniciou-se a gestão 2020/2022. Impacto severo nas relações sociais, as do trabalho inclusive. Releitura dos moldes do ensino e ressignificação de seu sentido e alcance formaram a compreensão inicial. Racionalidade, como forma de legitimação da ação educacional, a começar pela investida na área de comunicação e das vias expeditas das mídias virtuais dispostas. Relevar a primazia da ação pedagógica, dando-lhe *status* de gerente, no planejamento e determinação dos fins e meios das atividades (destaca-se a atuação no atendimento de demandas departamentais, intensas). Otimizar as ações arquivísticas, arquivo e memória, atuação, dentro das condições postas, na eliminação de processos findos. Atuação instantânea em projetos sociais ligados a órgãos do Tribunal. Com essas razões fundantes, desdobraram-se as ações. A organização da Escola, de fato, estava em descompasso com a sua realidade normativa (posta há muito,



**Tiago Pinto**  
Desembargador

sem definição de um projeto de reforma). Urgia a adequação da estrutura organizacional à realidade funcional, o que foi feito na Resolução nº 979/2021. Efetivamente, o setor de tecnologia foi incrementado, com a criação do Centro de Tecnologia e Mídias, ainda a criação de uma Coordenadoria de Gestão de Documentos Eletrônicos. A reorganização das atividades e dos fluxos de trabalho foi efetivada, com as mudanças de natureza gerencial, metodológica e de pessoal, bem como a adequação dos processos de trabalho. Através de uma Comissão Especial, foi preparada a realização do credenciamento da EJEF como Escola de Governo, culminada com a Resolução SEE nº 4.690/2021, habilitada a EJEF à ministração de cursos de pós-graduação *lato sensu*. As acomodações físicas foram reformadas. No campo do humanismo, a EJEF idealizou e realizou, com a Apac, o projeto "Caminhos e contos", concebido

para formar contadores de histórias, promovendo o crescimento pessoal dos recuperandos custodiados nas Apacs. Dessa experiência, a edição de um livro. *Redação em gotas*, a experiência, através da literatura e linguagem, bem assim o projeto “Vozes poéticas de Minas”, parceria com a Academia Mineira de Letras. O itinerário formativo foi extenso, percorrendo as áreas técnicas e de formação, tendo sido realizados cursos com a Comissão de Valores Mobiliários e a Fundação Getúlio Vargas. Ciclos de Transmissões ao Vivo e Webinários, programas de desenvolvimento de magistrados e programas de desenvolvimento de servidores com conteúdos diversos. Grupos temáticos de estudos, com edição de publicações virtuais. *À vol d’oiseau*, na área cultural, foram realizadas conferências temáticas em literatura (movimento modernista), Nélida Piñon, Donald Schuler *et al.* Seleção de estagiários, com propostas novas (seleção com prova de língua portuguesa), disparados novos concursos de servidores e magistrados. Áreas de arquivo e memória otimizadas, realizando trabalhos de recuperação de memória e preservação da história. Publicações de livros. Os números: 197.373 matrículas; 568 ações educacionais; 9.938 participações de magistrados; 207 *lives*, 221.500 participantes; 415 horas de transmissão; 296 episódios de *podcasts*; é a síntese. O inestimável concurso da Desembargadora Mariângela Meyer, Desembargador Moacir Lobato, Juiz

Murilo Abreu, Washington Luiz, Cynthia, Jonana, Maira, Thelma Cardoso, eficiente e empenhada como os incansáveis servidores, merece o gesto de agradecimento e o crédito das conquistas.

*Non scholae sed vita discimus.* A escola ensina para a vida. É importante a sua abertura, tanto quanto possível, para a troca de experiências com outras instituições, para buscar e entregar conhecimento. Toda atividade de ensino deve ter conotação pública, e este é mesmo o fim social da educação. A velocidade das informações deve ter contraposto na divulgação de conhecimentos, na facilitação da criação de uma comunhão de vida ética e de princípios e fins, em que a convivência seja possível.

A transitoriedade da governança na direção da instituição deve alertar para o fortalecimento do seu corpo administrativo, para boa execução das suas tarefas.



“

O sistema de justiça passou, nos últimos 45 anos, por uma verdadeira revolução: desde a constitucionalização dos ramos do Direito à centralização da dignidade da pessoa humana e, mais recentemente, à introdução da tecnologia e da virtualização nos julgamentos.

Durante esse período, dos quais exerço há 32 anos a Magistratura, o TJMG, por meio de seus(as) Magistrados(as) e Servidores(as), conservou os valores essenciais, se adaptou às mudanças provocadas pelo Direito e também pela sociedade e, ainda, preservou a ética do cuidado na prestação de tutela jurisdicional humanística.



**Ana Paula Nannetti Caixeta**

Desembargadora  
(3ª Vice-Presidente)

”

A Escola Judicial “Desembargador Edésio Fernandes”, a nossa querida EJEF, é uma referência para toda a magistratura. Dos cursos de ambientação do passado, que duravam uma semana, à moderna formação inicial do presente, a instituição representa o primeiro contato dos novos juízes e juízas com o Poder Judiciário mineiro, ocasião em que recebem o acolhimento e experimentam o tão importante pertencimento. Por essa trajetória que tanto nos orgulha, estão de parabéns as magistradas, os magistrados, as servidoras e os servidores que abrilhantaram a Escola nessas mais de quatro décadas de sucesso.



**Luiz Carlos de Azevedo  
Corrêa Junior**  
Desembargador  
(Corregedor-Geral de Justiça)

“

Ingressei no Tribunal como escrevente, quando os processos eram físicos, furados e costurados com barbante, expedientes feitos à mão ou datilografados em máquina Remington. Esse cenário mudou radicalmente com a evolução tecnológica, com relevante ganho de tempo no processamento das demandas, redução de custos e gestão sustentável. Destaca-se também maior participação da mulher em cargos de direção, a criação do Núcleo de Voluntariado, que vem colaborando para aproximar a Instituição da sociedade, realizando ações que se alinham fortemente à pauta humanitária. Nesses últimos 45 anos de incontáveis mudanças sociais e inovações tecnológicas, o Judiciário evoluiu sobremaneira e acredito que manterá esse ritmo, independentemente das intempéries que surgirem no futuro. Sinto-me honrada por ter contribuído com a brilhante trajetória da EJEF ao atuar como Superintendente-Adjunta, Juíza orientadora de aulas práticas de Direito Penal e Processual Penal e Juíza orientadora de estágio no Curso de Formação Inicial de Juízes Substitutos e integrar o Comitê Técnico da Escola.



**Maria Luíza de Marilac  
Alvarenga Araújo**

Desembargadora  
(Superintendente do Núcleo de  
Voluntariado)

”



Em meados de 2015, o CNJ determinou a criação dos núcleos socioambientais e a implantação do Plano de Logística Sustentável nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário, surgindo, assim, uma necessidade iminente de atualização dos magistrados e servidores do TJMG.

Em dita oportunidade, atuando como Presidente do Núcleo Socioambiental e contando com o suporte e *expertise* da EJEF na criação de cursos, foi possível capacitar mais de 5.000 servidores para atuarem como agentes transformadores da responsabilidade socioambiental no âmbito do TJMG.



**Mônica Libânio  
Rocha Bretas**

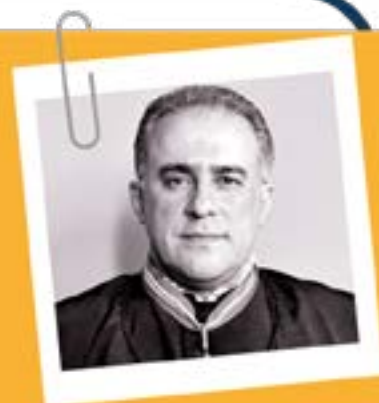
Desembargadora  
(Superintendente de Planejamento  
Administrativo e Gestão de Bens, Serviços e  
Patrimônio)



“

A EJEF, eu a conheci ainda uma adolescente: corpo acanhado, num tempo de desapareço. Sua conformação, àquela época, não nos dava a adivinhar no que se tornaria hoje, madura e vigorosa como nunca, superior a qualquer outra congênera no Brasil. E não houve herança, não houve modelos, mas apenas fez-se a EJEF da contribuição de tantos abnegados anônimos servidores, docentes e discentes que, acreditando, juntaram-se nesse bem-sucedido projeto de continuidade acadêmica.

Calouro na magistratura, fui aluno na EJEF, e desde então mantivemos um profícuo relacionamento. Sempre discente, experimentei embora alguma oportunidade docente. Agora, quando sua estrutura se agiganta, participo circunstancialmente da sua administração, cioso de que nunca estará pronta, mas que sobreviverá a mim, cada vez mais uma dama elegante, robusta e experimentada, capaz de formar sempre melhor a humana engrenagem do Judiciário estadual mineiro ou quem mais dela precisar.



**Osvaldo Oliveira  
Araújo Firmo**

Desembargador  
(Membro do Comitê Técnico da EJEF)

”

No contexto de 45 anos de evolução do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, cabe destacar, com ênfase, em agosto de 1977, a criação da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF, a primeira escola de magistratura a integrar um Tribunal de Justiça no Brasil e que muito contribuiu e tem contribuído para o aprimoramento deste Tribunal.

Já nos idos de 1993, a EJEF tornou-se referência nacional nos processos de seleção e formação de juízes, tendo ministrado o Primeiro Curso de Formação, com duração de seis meses, no ano de 1995.

Ao contribuir para o ensino e ao promover a educação aos magistrados e aos servidores, de várias formas, a EJEF tem colaborado, desde 1977, para o aperfeiçoamento do nosso Tribunal de Justiça, uma vez que é preciso aprender para evoluir. Durante as últimas três décadas de exercício judicante, pudemos observar inúmeras transformações pelas quais o Tribunal passou, a saber:

Inicialmente, a enorme evolução do Tribunal no âmbito do atendimento às demandas da sociedade. Em 45 anos, houve um aumento exponencial das demandas judiciais e um crescimento acentuado do número de processos, e, para suprir essa demanda, o Tribunal cresceu. A Lei nº 7.339/1978, em seu art. 15, previa que o Tribunal de Justiça seria composto por 32 Desembargadores. Hoje, esse número aumentou quase cinco vezes, e somos 150 Desembargadores, conforme prevê o art. 11, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 59, de 2001.

Tudo isso a fim de realizar a justiça e tornar a prestação jurisdicional mais ágil e eficaz.

Merece destaque a evolução do Tribunal de Justiça na implantação do sistema de Processo Judicial Eletrônico/PJE. Na esteira das evoluções, a mais emblemática, e muito evolutiva, foi a modificação do processo físico para o processo eletrônico.



### Pedro Aleixo Neto

Desembargador  
(Superintendente de  
Relacionamento com outros  
Tribunais de Justiça)

As inovações tecnológicas não pararam por aí. A partir de março de 2020, com a adoção das medidas de isolamento em virtude da pandemia da covid-19, o Tribunal adotou transformações: a implementação do *home-office*, as sessões de julgamento por videoconferência, os investimentos da EJEF na educação a distância.

Ao comparar o TJMG de 1977 ao TJMG de hoje, é possível perceber como ele acompanhou o desenvolvimento da sociedade e da tecnologia, tornando-se muito mais moderno. Atualmente, o Tribunal aderiu às redes e está presente nas mídias sociais.

Por fim, gostaríamos de pontuar a evolução do Tribunal de Justiça no caminho da especialização, determinada pela Resolução nº 977, de 2021. Na configuração atual, o TJMG tem Câmaras especializadas em Direito Empresarial e Registros Públicos e outras Câmaras especializadas em Direito de Família e Sucessões, o que visa a aprimorar a prestação jurisdicional, dar maior celeridade e consolidar a segurança jurídica.

“

Os 45 anos da EJEF solidificam a sua importância.

Inicialmente instituída para a formação de magistrados recém-ingressos, consolidou-se na de servidores também, inclusive continuada.

Sou discente e docente da EJEF e posso atestar que, hoje, é reconhecida em todo o país, sendo sua metodologia exemplo para as demais escolas judiciais. É ela responsável pela gestão documental do TJMG.

Como Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência, é uma satisfação poder atuar e participar da construção de uma escola cada dia melhor, que leva conhecimento e aperfeiçoamento a milhares de colaboradores do TJMG.



**Carlos Márcio de Souza Macedo**

(Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência)

”

No período de gestão do e. Desembargador Kildare Gonçalves Carvalho frente à Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEJ (2014-2016), fomos agraciados com a posição de Juiz Auxiliar da Superintendência da EJEJ.

Àquela altura, rememoro, havia certa inquietude entre magistrados, servidores e demais operadores do direito com o advento do novo Código de Processo Civil, dadas as suas características inovadoras e, igualmente, desafiadoras a todos nós, juristas.

A fim de possibilitar a melhor percepção do novel legal e atenta à realidade que se avizinhava, a Escola Judicial cuidou de oferecer cursos, seminários, palestras e treinamentos a todos.

Destaco aqui a palestra "Tutelas provisórias no novo Código de Processo Civil", ministrada pelo Professor Doutor Fredie Didier Júnior. Realizada no auditório do Anexo I do TJMG, contou com transmissão simultânea para os auditórios do Anexo II e Unidade Raja Gabaglia, tendo sido assistida presencialmente por 900 pessoas e *on-line* por cerca de 1.250 pessoas, números verdadeiramente relevantes à época.

Também durante a Superintendência do Desembargador Kildare frente à EJEJ, foi realizado o Copedem - XL Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura.

O evento, ocorrido na cidade de Ouro Preto-MG, permitiu o intercâmbio de experiências entre 41 membros das Escolas de Magistratura de diversos Estados do Brasil e possibilitou a produção de documento síntese do pensamento do grupo sobre temas relacionados à formação e ao aperfeiçoamento de magistrados e servidores, a denominada "Carta de Ouro Preto".

Entre outros temas de relevo, reconheceram-se as Apacs como alternativa viável para a humanização do sistema prisional, devendo, portanto, ser estimuladas no âmbito das Escolas de Magistratura.



**Luiz Carlos  
Rezende e Santos**  
(Presidente da Amagis)

Ressalto, outrossim, as medidas afetas à Gestão Documental do Tribunal de Justiça realizadas pela EJEJ entre 2014 e 2016.

As diversas providências adotadas pela gestão da Escola — exemplificativamente, otimização das orientações para arquivamento de documentos, a gestão de arquivos intermediários das Comarcas do interior, sua indexação e cadastramento, além do recolhimento de documentos históricos nas Comarcas — permitiram verdadeira revolução no arquivo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

O período em que atuamos perante a EJEJ em muito nos dignifica. Assim, devo, sempre, agradecer ao Desembargador Kildare Gonçalves Carvalho, pela confiança depositada, e aos Desembargadores Saldanha da Fonseca e Tiago Pinto, membros da EJEJ àquela altura, por todo o apoio.

Hoje, a EJEJ, comandada de forma notável pelo Desembargador Renato Dresch, — a quem parabênizo pela iniciativa — segue exitosa e fiel à sua missão, calcada na formação e desenvolvimento contínuo dos magistrados, servidores e colaboradores do Poder Judiciário.

“

Contando com 15 anos de carreira no Tribunal, acompanhei o crescimento da EJEF em profissionalismo, protagonismo técnico e, especialmente, pedagógico, tendo a honra de participar efetivamente desse processo ao atuar como Diretora da Escola por quase cinco anos. Liderada por superintendentes éticos, dinâmicos e inovadores, e tendo a EJEF uma equipe comprometida com a missão da Escola, juntos estamos contribuindo para que a Escola Judicial mais antiga do Brasil seja uma das mais destacadas no cenário nacional, a qual, cumprindo seu papel de desenvolver e formar pessoas, move os avanços do TJMG no atendimento efetivo dos anseios da sociedade por justiça.



**Ana Paula Andrade Prosdocimi da Silva**

(Diretora Executiva de Desenvolvimento de Pessoas)

”



Acompanho de perto a história da EJEF desde 2015, quando me integrei à equipe. Pouco tempo, quando comparado aos seus 45 anos. Mas, mesmo nesse curto período, foi possível constatar uma evolução significativa das suas atividades. Tanto na área de gestão de pessoas quanto na gestão da informação documental, inúmeras rotinas foram aprimoradas, novas competências e produtos desenvolvidos. O que mais impressiona na EJEF é a sua constante vontade de evoluir, o olhar para frente, a ânsia de fazer mais e melhor sempre. Parabenizo a todos que participaram ou ainda participam dessa trajetória de conquistas, que contribuem para o constante aperfeiçoamento técnico de magistrados e servidores do TJMG.



**Fernando Rosa de Sousa**

(Diretor Executivo de Gestão da Informação Documental)



“

Ao longo destas quatro décadas e meia de existência da EJEF, houve o aprimoramento dos formatos de comunicação e serviços prestados aos públicos interno e externo. Passamos de uma era dos processos físicos e dos procedimentos administrativos morosos, cujos documentos eram produzidos na máquina de datilografia e tudo demandava muito tempo e força de trabalho dos servidores, para uma era modernizada pelas tecnologias digitais de informação e da comunicação, com a utilização de sistemas informatizados que promovem o incremento da produtividade, da eficiência, da celeridade e da transparência nos processos administrativos e contratações deste Tribunal, com equipes talentosas, qualificadas e éticas, acompanhadas da humanização, capacitação, valorização e reconhecimento pelo eficiente trabalho dos servidores, que têm sido o foco da atual Gestão do TJMG.

**Adriana Lage de Faria**

(Diretora Executiva da Gestão de Bens,  
Serviços e Patrimônio)

”

“ A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF, desde a sua criação, em agosto de 1977, se destaca na formação continuada, capacitação, aperfeiçoamento técnico, desenvolvimento de estudos e pesquisas, seminários e cursos. A partir do credenciamento, em 2021, pela Secretaria de Estado da Educação, a EJEF recebeu autorização para ofertar o primeiro curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito Empresarial com ênfase em Falência e Recuperação de Empresas e já se prepara para lançar outros cursos de especialização.

Esse destaque é resultado da excelência na organização didático-pedagógica, corpo docente e corpo técnico-administrativo, infraestrutura, projeto pedagógico de curso, entre outros. Nesse sentido, são 45 anos de efetivas ações educacionais para impactar a melhoria e a eficiência da prestação jurisdicional, bem assim na gestão administrativa. Aos servidores do Judiciário mineiro a EJEF propicia desenvolvimento de competências gerenciais, técnico-jurídicas, técnico-operacionais e humano-sociais.

”

**Adriano da Silva Ribeiro**  
(Chefe de Gabinete da Presidência)

“

No ano em que a EJEF comemora 45 anos de existência, eu celebro 20 anos de atuação no Tribunal de Justiça, instituição da qual eu tanto me orgulho.

Ainda guardo na memória o primeiro treinamento de que participei na EJEF. Passamos por um longo período em que simulávamos o funcionamento de uma secretaria de juízo. Tratava-se de um trabalho desenvolvido com muito esmero pela Escola, cujo objetivo era permitir que nós concluíssemos o curso aptos a atuar em uma unidade.

Sou muito grata por isso e, hoje, atuando na Corregedoria, depois de tantos outros cursos de que participei, consigo perceber, ainda mais, a importância do trabalho da Escola em nossa formação como verdadeiros servidores da Justiça.



**Bruna Eduarda  
Medeiros de Sousa**

(Diretora da Secretaria de Suporte  
ao Planejamento e à Gestão  
da Primeira Instância)

”

“  
Ao assumir a área de planejamento estratégico e gestão orçamentária deste TJMG, pude perceber o vasto conhecimento de magistrados e servidores. Aliado a essa percepção, o diálogo empreendido ao longo desses anos, junto a todas as excelências líderes da Escola Judicial, revelou-me a certeza de que a EJEF é a grande mola mestra do conhecimento técnico, profissional e humano deste Tribunal. A meu ver, os resultados mais relevantes da Escola estão materializados na competência de magistrados e servidores altamente capacitados.

Parabéns, EJEF! Obrigado pelo valoroso aprendizado!”



**João Victor Silveira Rezende**

(Diretor Executivo de Planejamento  
Orçamentário e Qualidade na  
Gestão Institucional)

Refletir sobre a evolução da EJEF, nos últimos 45 anos, é reviver uma trajetória de sucesso deste Tribunal, com desafios de várias naturezas que tive o privilégio de vivenciar, a partir da década de 90. Atuando na Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos - DEARHU, desde 2004, sinto-me confortável para mencionar alguns avanços e conquistas da Escola ao longo dos anos.

Por tudo o que até hoje realizou, tenho a EJEF como referência de formação e informação, sempre atenta às inovações e em contribuir para o aprimoramento de nossos magistrados e servidores. A Escola, a meu ver, cumpre com êxito e responsabilidade a sua missão de promover o desenvolvimento continuado de magistrados e servidores, visando aos propósitos de uma prestação jurisdicional célere e eficaz, em permanente autossuperação, favorecendo as comunidades judiciárias mineiras e, indiretamente, toda a sociedade.

Entre os valores da EJEF, chamam-me a atenção a integração e o respeito que se destacam pela atuação de forma sistêmica, integrada e alinhada, pelo compartilhamento de informações, no sentido de valorizar as pessoas e respeitar a diversidade em todos os momentos. Permito-me, aqui, externar a minha percepção de que, com o passar dos tempos, reduziu-se a excessiva burocratização, o distanciamento da sociedade foi substituído por um ganho na interação com as comunidades judiciárias, a dita morosidade e o excesso de formalismo foram vencidos gradativamente e a visão estratégica e de gestão incrementada no cotidiano deste Tribunal.

O avanço da inteligência artificial, no Poder Judiciário Estadual, também comprova a evolução da EJEF, que não é mais aquela da década de 70, que se limitava a realizar o processo de seleção de magistrados e treinamentos intensivos de preparação para ingresso na magistratura, seminários e encontros jurídicos. A trajetória da



### **Neuza das Mercês Rezende**

(Diretora Executiva de Administração de Recursos Humanos)

Escola teve marcos relevantes, resalte-se o ano de 2002, em que se estendeu o atendimento a servidores, sendo encampadas as atribuições do Centro de Educação Continuada - CEC, então responsável pela capacitação de todos os magistrados e servidores do TJMG. Na sequência, a EJEF incorporou, ainda, as atribuições dos setores responsáveis pela pesquisa jurídica, pela Biblioteca Desembargador Amílcar de Castro, pela *Revista Jurisprudência Mineira*, bem como pela gestão do plano de carreiras e da avaliação de desempenho dos servidores.

Atualmente, a tecnologia vem transformando a percepção humana e sua forma de vida, e a Escola responde às mudanças com ações mais proativas. O instituto do teletrabalho, mesmo incipiente e, ainda, sujeito a ajustes e a muitos treinamentos, tornou-se uma realidade sem regresso. Enfim, novos marcos demandam estudos e dedicação permanente da Escola.

Lembro-me, neste momento comemorativo, de que a caminhada de sucesso da Escola muito se deve ao apoio continuado da Direção Superior da Casa, iniciado com o Desembargador Edésio Fernandes, a quem devemos vários benefícios, em especial, a criação da nossa Escola Judicial, que tem o seu nome, que foi pioneira no país e que tanto tem contribuído para a melhoria e aperfeiçoamento do Poder Judiciário do Estado. É um privilégio participar dessa história!

A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF se destaca pela excelência no ensino, pesquisa e extensão, pilares do conhecimento acadêmico, eixos indissociáveis, que qualificam uma instituição educacional. O *status* de escola de governo, alcançado pela EJEF, representa o reconhecimento da qualidade dos cursos, ancorados pelos docentes, área administrativa e dirigentes da instituição e do TJMG, nestes 45 anos de história. Essa trajetória de sucesso vem colaborando, cada vez mais, para a eficiência do Judiciário e para o desenvolvimento social.



**Sérgio Luiz Gomes Galdino**  
(Diretor Executivo de Comunicação)

“

Tomei posse como bibliotecária do Tribunal em 1997. A Biblioteca Desembargador Amílcar de Castro (nome dado em homenagem ao importante jurista mineiro e ex-presidente do TJMG) já era um valioso recurso e desempenhava um papel fundamental na promoção do conhecimento jurídico na Instituição. Ainda sem a presença da internet, as informações eram organizadas e disponibilizadas de forma diferente: tudo em papel, quando as coleções das principais fontes jurídicas eram retiradas das estantes várias vezes ao dia.

Em 2002, aconteceu o marco histórico na Biblioteca: ela passou a integrar a estrutura da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF. Essa incorporação permitiu que a Biblioteca Desembargador Amílcar de Castro tivesse uma melhor interlocução com os próprios objetivos do Tribunal, bem como cravar um importante instrumento de apoio à pesquisa, atualização e formação contínua dos magistrados e servidores do Tribunal, utilizando-se de instrumentos que o próprio desenvolvimento da internet proporcionou. Hoje, seu acervo diversificado (físico e *on-line*) e serviços especializados promovem o acesso à informação jurídica de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento e aprimoramento do sistema de justiça no Estado de Minas Gerais.



**Denise Maria  
Ribeiro Moreira**  
(Servidora da Biblioteca)

”

A Biblioteca do TJMG oferece suporte aos magistrados e servidores que estão envolvidos em atividades de pesquisa jurídica. Ela disponibiliza acesso a bases de dados especializadas, facilitando a busca por informações atualizadas e relevantes. Esse suporte é fundamental para a produção de conhecimento e para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, científicas e administrativas dentro da Instituição.

Eu sou servidora do Tribunal e lotada na Biblioteca há mais de 25 anos. Presenciei a transformação na forma de gerenciar e organizar a informação e a implantação de novos serviços, mais eficientes e modernos.

Formei minha família trabalhando entre suas estantes. Conheci magistrados, assessores e servidores, durante todo esse tempo, que me ajudaram a me formar como ser humano. Enfrentei muitos desafios, mas a realização pessoal e



**Kenya Machado Melgaço Ferreira**  
(Servidora da Biblioteca)

profissional é um sentimento presente.

Hoje, me orgulho de festejar os 45 anos da EJEF, com a Biblioteca cada vez mais desempenhando um papel estratégico, fornecendo recursos de informação, suporte à pesquisa, atualização do acervo, além de contribuir para a difusão do conhecimento jurídico.

“

Sou servidora desde 1993 e tenho a honra de sempre ter atuado na EJEF.

Quando iniciei, a EJEF já era considerada referência nacional nos processos de seleção e formação de magistrados.

Hoje, são várias as ações educacionais promovidas pela EJEF, utilizando a tecnologia com a finalidade de alcançar o público interno e externo, como cursos, programa de pós-graduação e pesquisa, recrutamento e seleção de estagiários na capital e no interior, todas elas levando oportunidade de aprendizado e o desenvolvimento de competências que promovem a melhoria nos serviços prestados à sociedade.

Nestes 29 anos, conheci, trabalhei e ainda trabalho com excelentes profissionais, todos eles com o mesmo interesse em bem servir a sociedade, com eficiência e efetividade.



**Sônia Aparecida  
de Moura Santos**

(Servidora da DIRDEP)

”

Tenho o privilégio de acompanhar o desenvolvimento da EJEF há pouco mais de duas décadas e meia. Ao longo desse tempo, presenciei desafios, avanços, conquistas e posso afirmar, sem medo de errar, que a Escola Judicial nunca descuidou de seu plantio no decorrer de todos esses anos em que se registra sua bonita história.

No ano de 2020, fui agraciada com o honroso convite pelo então Superintendente da EJEF, Desembargador Tiago Pinto, para assumir a Diretoria Executiva da DIRDEP, em sua gestão. Aquela época, não obstante o desafiante cenário pandêmico que a todos atemorizava, a Escola manteve-se firme em seu perfil dinâmico e não parou um só dia. Num intenso trabalho de equipe, sob a singular liderança do então Superintendente, novas soluções educacionais com modernas práticas pedagógicas, via aporte tecnológico, foram implementadas, e um novo jeito de fazer capacitação foi ofertado, impactando positivamente, resultando num expressivo número de participações em todas as ações ofertadas pela Escola. Como dado histórico de 2021, importante ainda destacar a conquista do credenciamento da EJEF como Escola de Governo, o que representou um passo gigantesco, agregando ainda mais à tão rica história da EJEF, semeando o terreno para tantas e maiores colheitas num futuro próximo.



**Thelma Regina Cardoso**  
(Servidora da DIRDEP)

Um sentimento de emoção me invade ao visitar esse tempo, e ele não é sem razão, pois os momentos de aprendizado, crescimento e boa convivência sucederam-se a cada nova gestão, no decorrer destes 25 anos em que testemunho "os bem vividos" 45 anos da trajetória da nossa querida EJEF!

Parabéns, Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, sua exitosa existência é motivo de grande alegria e orgulho para todos nós, magistrados e servidores, filhos ditosos desta estimada Casa!





**Visão de Futuro**

# Visão de Futuro



Superintendente Adjunta da EJEF  
Desembargadora Lílian Maciel

Quando se pensa no futuro da Escola Judicial, é sempre preciso resgatar seus valores, que repousam em importantes pilares. Um deles é o foco no ser humano — como agente de transformação das organizações e da sociedade. Nesse aspecto, a Escola, cada vez mais, tem tido a preocupação com a qualidade de vida dos servidores, magistrados e colaboradores.

Afinal, o bem-estar não é um estado que deva existir somente no ambiente familiar e social, mas também no trabalho, nas relações cotidianas com pessoas com quem passamos a maior parte do tempo de nossas vidas, do que do próprio núcleo familiar. Imbuir servidores e magistrados do sentimento de pertencimento, de realizar com eficiência o trabalho, aplicando as competências e as habilidades que são adquiridas ao longo da vida, é um ideal a ser alcançado e um desafio para a Escola Judicial, principalmente num cenário em que, cada vez mais, a tecnologia vem substituindo o homem.

Atingir esse escopo é fundamental, pois reflete num outro pilar da Escola Judicial, no sentido de que “toda instituição pública só se justifica se melhorar a qualidade de vida da população a que serve”. Por isso, é muito importante a contribuição da Escola Judicial e seu apoio aos servidores e magistrados atuais, assim como àqueles que virão a ingressar no Judiciário mineiro. Auxiliar esses atores a refletir, a idealizar, a planejar, de modo compartilhado, as formas de alcançar esses objetivos é a grande tarefa da Escola Judicial e que envolve não somente a atividade fim de julgar, mas também as atividades meio, relativas às funções administrativas, engrenagens importantes que impulsionam a eficiência da prestação jurisdicional ao final.

Mas a Escola deve ir além. Num mundo contemporâneo, em que ainda não sabemos o porvir, mas em que já se está mergulhado em questões ligadas à tecnologia de informação, benefícios criados pela inteligência artificial, o desafio é como conciliar tudo isso com o humano-social. A Escola Judicial tem esse



Lançamento do “EJEF EM MOVIMENTO”

papel de nos conduzir na forma como devemos enxergar esse futuro e nos ver em meio a isso tudo, ou seja, a visão que temos do mundo, o *weltanschauung*, ao qual os alemães se referem.

Essa orientação então perpassa pela busca do equilíbrio e da reaproximação do indivíduo com o coletivo, do humano com a máquina, de forma que não nos robotizemos e não nos esqueçamos de nosso papel como seres coletivos, que vivem em um mundo de tantas diferenças, que não pode nos tornar indiferentes à realidade que nos circunda.

A se pensar que se avizinha um futuro de percalços, numa sociedade cada vez mais líquida, imediatista, individualista e tecnológica, que pode gerar um abismo entre os indivíduos, cabe à Escola Judicial preencher essa lacuna, cuidando da formação dos novos e dos antigos juízes, servidores e colaboradores, para que esse cenário não se concretize.

A Escola Judicial continuará a ser, e cada vez com maior vigor, um lugar que contribua para o pensamento e a discussão dos problemas do Judiciário, colaborando com o Tribunal de Justiça e, mais ainda, com a sociedade. Por isso, é fundamental para o futuro da Escola que faça escolhas voltadas para a descentralização e a participação comunitária que gerem mais inclusão, horizontalidade e democratização.

Para tanto, a Escola Judicial deve ir aonde o juiz, o servidor, o jurisdicionado, o idoso, o reeducando, o indígena, o adolescente e a criança estão, mantendo constante diálogo. A visão de futuro deve ser a de uma instituição de portas abertas para todos os segmentos da sociedade. Concretizar-se como o *locus* da pluralidade, da justiça e da fraternidade, conforme estabelece nossa Constituição Federal em seus fundamentos, deve ser seu grande objetivo.

Desembargadora **Lílian Maciel Santos**  
Superintendente Adjunta da Escola Judicial  
Desembargador Edésio Fernandes – EJEF





**Posfácio**



# Posfácio

É com grande satisfação que encerramos este livro, *EJEF: 45 anos*, um trabalho que representa não apenas um marco histórico para a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF, mas também uma homenagem aos indivíduos excepcionais que moldaram e impulsionaram esta Instituição ao longo de quatro décadas e meia.

Expressamos nossa profunda admiração e apreço pela dedicação, cooperação e comprometimento demonstrados pelos magistrados, servidores e demais colaboradores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG durante o processo de elaboração deste livro. Com entusiasmo e expertise, compartilharam suas vivências e conhecimentos sobre a EJEF, solícitos em oferecer seu tempo e recursos para enriquecer as páginas desta obra, buscando preservar e celebrar a história da EJEF. Sem o seu valioso apoio, o projeto teria sido apenas uma ideia distante.

Especificamente para o capítulo de depoimentos, toda a alta direção, superintendentes administrativos e ex-superintendentes da EJEF foram convidados a enviar seus testemunhos sobre a Escola. Sabedores do quanto é difícil conciliar a rotina de trabalhos com atividades paralelas, foi uma honra receber as respostas daqueles que compartilharam suas perspectivas únicas, suas conquistas e desafios enfrentados ao longo de suas gestões. Esses depoimentos trazem uma dimensão especial ao livro, permitindo que os leitores mergulhem ainda mais na história da EJEF.

Além de aos ex-superintendentes, nosso agradecimento a todos os magistrados, servidores e colaboradores da EJEF, que contribuíram para este projeto, seja através de entrevistas, compartilhando documentos ou fornecendo insights valiosos. Cada contribuição foi fundamental para dar forma a esta obra.

Por fim, manifestamos nosso sincero reconhecimento a absolutamente todos os envolvidos neste projeto, incluindo aqueles cujos nomes não são mencionados, mas cujas contribuições foram igualmente valiosas e imprescindíveis para a materialização desse esforço conjunto. A jornada de elaborar e produzir este livro foi repleta de aprendizado, inspiração e trabalho em equipe, e somos gratos por cada momento compartilhado.

Que a história e o legado da EJEF continuem a prosperar, e que este livro sirva como um tributo duradouro a todos aqueles que dedicaram seu tempo e esforço para tornar a Escola um ponto de referência na formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário.

Que *EJEF: 45 anos* inspire as gerações futuras a continuarem a buscar a excelência e a inovação na área judicial!





---

# Referências



# Referências

FERNANDES, Edésio. Os alicerces da Escola Judicial. *Jurisprudência Mineira*, Belo Horizonte, ano 28, n. 68, p. 1-3, jan./jun. 1977.

FERNANDES JÚNIOR, Edésio (org.). *Edésio Fernandes: um homem simples a serviço da Justiça [1913-1980]*. Belo Horizonte: Gaia Cultural, 2013. Disponível em: [https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/374/1/ISBN\\_9788566996005.pdf](https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/374/1/ISBN_9788566996005.pdf). Acesso em: 2 set. 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Resolução nº 61, de 8 de dezembro de 1975. Contém a Organização e a Divisão Judiciária do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: TJMG, 1975. Disponível em: <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re00611975.pdf>. Acesso em: 2 set. 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Portaria nº 231, de 13 de agosto de 1977. Belo Horizonte: TJMG, 1977. Disponível em: <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/po02311977.pdf>. Acesso em: 2 set. 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Portaria nº 521, de 10 de janeiro de 2007. Belo Horizonte, *Diário do Judiciário eletrônico*, 10 jan. 2007, retificação 30 mar. 2007. Disponível em: <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re05212007.pdf>. Acesso em: 2 set. 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Portaria nº 979, de 17 de novembro de 2021. Dispõe sobre a estrutura organizacional e o regulamento da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF. Belo Horizonte, *Diário do Judiciário eletrônico*, 18 nov. 2021, republicação 1º dez. 2021. Disponível em: <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re09792021.pdf>. Acesso em: 2 set. 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Segunda Vice-Presidência. Portaria nº 99, de 4 de abril de 2017. Institui e regulamenta a utilização do logotipo da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. Belo Horizonte, *Diário do Judiciário eletrônico*, 5 abr. 2017. Disponível em: <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/pp00992017.pdf>. Acesso em: 2 set. 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. *EJEF: três décadas de história*. Belo Horizonte: TJMG/EJEF, 2007.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. *Plano Educacional da EJEF: educação para o desenvolvimento profissional e excelência do Tribunal de Justiça Mineiro*. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2014.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. *Plano Educacional da EJEF: educação para o desenvolvimento profissional e excelência do Tribunal de Justiça Mineiro*. 2. ed. Belo Horizonte: TJMG, 2018.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. *Projeto político-pedagógico: Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes*. Belo Horizonte: TJMG, 2018. Disponível em: [https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/9003/1/BIBLIOTECA\\_DIGITAL\\_Projeto%20Pol%c3%adtico-Pedag%c3%b3gico%20EJEF.pdf](https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/9003/1/BIBLIOTECA_DIGITAL_Projeto%20Pol%c3%adtico-Pedag%c3%b3gico%20EJEF.pdf). Acesso em: 19 maio 2023.

